

Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo adia votação de MP desidratada 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impera o estresse entre a Câmara e o Senado - BRASÍLIA - DF 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro cria comitê para metanol e não descarta problema nacional 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça Federal deve decidir sobre Refit, afirma MP-RJ 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

J&F vence disputa de R\$ 1,5 bilhão no Carf 10

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

CPI: suspeito de ser "laranja" movimentou R\$ 56 mil com dois ex-presidentes do INSS -
COLUNA DO ESTADÃO 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI mira repasse a esteticista citada em relatório da Contag 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Apuração não vê avanço com dados do Coaf e fica presa a trilha da PF 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Alcolumbre trava embate com a oposição e tenta segurar Centrão 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Espaço fiscal para 2026 pode depender de receitas extras 16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

líder nas pesquisas em Portugal fala em 'bom senso' com imigração 18

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo se reorganiza na CPI do INSS, obtém vitórias e tenta aumentar controle de comissão
..... 21

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Genial/Quaest: governo Lula é aprovado por 48% e desaprovado por 49% 23

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo subiu 7,5% em 2025; saiba o valor do piso nacional 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Incentivo à defesa da democracia 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Concursos avançam, mas País falha em tecnologia e avaliação, diz estudo 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Ministério da Gestão vê avaliação de desempenho como tema "mais difícil" 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

PEC que efetiva agente de saúde tem impacto bilionário 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara aprova regime especial para agentes de saúde 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita para o futuro 31

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comissão aprova MP sem aumento de impostos a bets 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Limites políticos para ajuste fiscal - LU AIKO OTTA 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais otimista, Banco Mundial mantém previsão para PIB 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifaço tem efeito retardado, e comércio global cresce (Editorial) 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas de Trump não vão criar mais empregos (Artigo) 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado vê mais distorções e desafios ao Tesouro com MP que substitui alta do IOF
..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As lições da Suécia no mercado de capitais 43

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ decide que consórcios de empresas podem responder por dívida tributária 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crédito imobiliário deve ganhar ao menos R\$ 20 bi 47

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Selic alta e dólar fraco levam parte do mercado a ver IPCA em 4,5% em 2025 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas já veem inflação no teto da meta em 2025 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Energia e commodities mais caras fazem IGP-DI acelerar em setembro 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Investimento sofre com incerteza global, alerta entidade 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

COP30 se destaca ao conciliar temas, afirmam autoridades 54

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Crise faz aliados pressionarem Macron a renunciar 55

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Demanda aquecida pavimenta início da recuperação dos preços do frango 56

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Gestoras adotam postura tática após rali do Ibovespa 58

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

O juro neutro no Brasil e o custo da ineficiência 60

Governo adia votação de MP desidratada

ISRAEL MEDEIROS E EDUARDA ESPOSITO

Na véspera de a Medida Provisória (MP) 1.303 perder a validade, o Planalto conseguiu avançar com a matéria, que aumenta taxas para fintechs e altera a tributação de bets. No entanto, com placar apertado na comissão mista (foram 13 votos a 12), governistas combinaram com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos- -PB), mais tempo para articular com deputados em busca de votos para aprovar a MP. O texto tem até o fim do dia para ser avaliado nos plenários da Câmara e do Senado.

A MP é importante para a equipe econômica, que contava com o aumento de taxas sobre determinados setores para melhorar as contas a partir de 2026. O texto, no entanto, sofreu desidratações por pressões de diversos segmentos econômicos, e a matéria, que antes previa arrecadação de R\$ 35 bilhões para o próximo ano, agora estima R\$ 17 bilhões.

A equipe econômica do governo minimizou as mudanças e disse que o processo é natural.

"Obviamente, como em qualquer acordo, houve concessões mútuas da Câmara, do Senado, do próprio governo para chegar a um texto que pudesse ser apreciado com grandes chances de ser votado hoje (ontem) na comissão (especial) e já no plenário da Câmara, a tempo de que o Senado possa aprovar com conhecimento das tratativas que foram feitas", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na tarde de ontem, depois de uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Também estiveram presentes os líderes do governo no Congresso e no Senado e o relator da matéria, deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Entre as principais mudanças, está o recuo na tributação de 5% das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito Agropecuário (LCA). Segundo o texto aprovado, essas modalidades continuam isentas de taxas. A mudança se deu após pressões do setor agropecuário e do imobiliário, que argumentaram que, em um cenário de taxas de juros altas, os investimentos perderiam atratividade, o que poderia prejudicar o financiamento de projetos em ambos os segmentos.

"Entendeu-se que, com a taxa de juros muito elevada, corria-se o risco de um ou outro investimento ser prejudicado num momento em que a Selic está a 15%. Então, houve, da parte de muitas pessoas ligadas ao

setor produtivo, o apelo para que isso fosse considerado em outra oportunidade, e não nesta MP", explicou Haddad.

Jogo on-line

Outro ponto em que houve recuo foi no aumento de taxa sobre as receitas de bets. No texto enviado pelo governo, havia a previsão de alta na taxa sobre as receitas das casas de apostas dos atuais 12% para 18%. Esse aumento deu lugar a um programa para recuperar recursos não tributados na atividade de bets nos anos anteriores à regulamentação no Brasil. Segundo Haddad, as bets pagarão por três anos uma alíquota de 30%, sendo 15% a título de imposto e outros 15% a título de multa. Nesse período, segundo Haddad, a **Receita Federal** terá tempo para aferir o impacto do setor, e o tema poderá ser revisitado no Congresso.

"Houve um entendimento de que a **Receita Federal** teria muita dificuldade em cobrar pelo passado.

O governo anterior, como vocês sabem, não cobrou os **impostos** devidos pelas bets. Porque toda atividade econômica tem que ser tributada, independentemente da regularização. Tem que ser tributada. E há um esforço da **Receita Federal** de identificar as bets que operaram no país, tiveram lucros exorbitantes, remeteram divisas para fora do país, porque o governo anterior não zelou com as cautelas devidas para fazer valer a legislação", frisou.

**

Placar apertado e críticas

Na Comissão Especial Mista, o texto da MP 1303 foi aprovado com uma margem apertada: 13 a 12. Ao longo da discussão, a oposição tentou retirar o tema de pauta e impedir a votação. Diversos deputados de oposição ingressaram na comissão de última hora ao longo do dia, para ajudar na articulação contra o texto.

As questões de ordem, no entanto, foram rejeitadas uma a uma pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Um dos deputados que ingressou na comissão ontem foi o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). "Aprovar a MP 1303 é abrir as portas para o maior uso eleitoral de dinheiro público desde o mensalão", criticou Cavalcante.

O deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também fez críticas ao texto. "Hoje, para a agropecuária brasileira, não há ganho algum em relação a esse texto da medida provisória, a não ser R\$ 20 bilhões de crédito a mais para o governo", disse.

O relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), reclamou do posicionamento dos representantes do agro que não apoiaram o texto.

"A gente fez um esforço muito grande de buscar um acordo que levasse a uma votação expressiva.

Dialogamos muito com a Frente Parlamentar do Agronegócio, atendemos a praticamente todas as reivindicações que eles tinham. E eles não corresponderam em número de votos, né?

Também vimos que outros que haviam se comprometido não votaram", reclamou.(IM e EE)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7897/08-10-2025.html?all=1>

Impera o estresse entre a Câmara e o Senado - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Três atos apontam que a relação entre Senado e Câmara está desgastada. O primeiro tiro foi a derrota da proposta de emenda constitucional (PEC) que pretendia evitar que deputados e senadores virassem réus em processos judiciais, sem a concordância dos pares. Antes que a Câmara tente dar o prometido troco nos senadores, veio a nomeação do senador Renan Calheiros (MDB-AL) como relator do projeto de isenção do Imposto de Renda e a resistência do Senado à taxação das bets, que estava prevista na medida provisória que compensaria o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A situação chegou ao ponto de o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, ter que ir pessoalmente ao Senado para tentar resolver e abrir uma brecha para acordo, uma vez que as duas casas não se entendem.

Se essa relação não for recomposta, virá por aí um duelo sem fim entre as excelências e o principal prejudicado será aquele cidadão que aguarda a votação da isenção do IR.

» » »

Vale lembrar/ No início do ano, quando o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) foram eleitos para comandar, respectivamente, o Senado e a Câmara, as apostas foram de que estava terminado o período de falta de diálogo no Legislativo. Porém, ao que tudo indica, essa relação está para lá de prejudicada.

**

Façam suas apostas

Quem o conhece garante que Renan Calheiros apensará o projeto de isenção de IR que veio da Câmara ao que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Assim, alguns creditam que caberá aos senadores a última palavra sobre o texto. Vem uma briga regimental aí.

Entornou...

Renan acusa a Câmara de usar a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil de chantagem para votar anistia, dosimetria e a PEC

da Blindagem. Enfatizou, mais de uma vez, que tentará manter o texto por **temer** que possa voltar à Câmara, que demorou sete meses para aprovar a medida.

... o caldo alagoano

O deputado Arthur Lira (PP-AL), adversário de Renan, respondeu nas redes sociais. Pediu responsabilidade, disse que o texto foi aprovado por unanimidade com muito diálogo e advertiu: "Que não se faça politicagem com um assunto tão relevante".

O pulo do gato nas bets

O relator Carlos Zarattini (PT-SP) retirou o aumento da taxação das bets do texto da medida provisória que vence hoje, mas deixou o programa de conformidade para esse tipo de apostas na **Receita Federal**. É um ajuste de contas sobre o que o governo deixou de arrecadar com essa atividade, quando ainda era terra sem lei.

Por falar na MP...

O Congresso estava assim ontem: metade dos parlamentares consideravam que a proposta perderia a validade; a outra metade ainda acreditava na possibilidade de aprovação, mas de um texto residual. Embora o governo ainda espere uma arrecadação de R\$ 17 bilhões com as mudanças de última hora, as previsões dos parlamentares indicam que esse valor pode cair mais.

**

CURTIDAS

Nem chegou e pode sair/ O deputado André Janones (Avante-MG, foto) volta semana que vem, depois de uma suspensão de três meses, e corre o risco de não ficar. O relator, Fausto Santos Jr. (União-AM), lê hoje o parecer no Conselho de Ética da Casa de uma outra representação contra o deputado por suposto caso de corrupção.

Uma frase que diz tudo/ "Não podemos votar em homens que agridem mulheres nem em mulheres que não tratam as questões de gênero com centralidade". A frase é da ministra Márcia Lopes, das Mulheres, ao

falar sobre as eleições de 2026, na abertura do evento "Bancada Feminina na COP30", uma iniciativa do Instituto AzMina e do movimento "Quero Você Eleita".

Aliás.../ No primeiro painel, sobre biomas e territórios, as parlamentares propuseram que seja feita uma legislação para cada bioma, de forma a garantir um olhar mais acurado sobre as realidades ambientais do país. Isso porque fala-se muito da Amazônia, mas se esquecem dos demais.

... o Cerrado clama/ A vereadora de Goiânia Aava Santiago (PSDB) foi incisiva ao defender a necessidade de um fundo específico para o Cerrado, tal como existe para a Amazônia.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7897/08-10-2025.html?all=1>

Ministro cria comitê para metanol e não descarta problema nacional

Maira Escardovelli e Tiago Angelo De Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, anunciou nesta terça-feira (7) a criação de um comitê de enfrentamento de crise do metanol. "Chegamos à conclusão que seria importante montar um comitê. Informal, onde possa haver troca de informações, de boas práticas e anúncios das providências para avançarmos mais rapidamente na solução do problema", disse Lewandowski em entrevista coletiva na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

O anúncio foi feito por Lewandowski após reunião com secretários da pasta, organizações da indústria de bebidas alcoólicas e associações de combate à falsificação. Segundo o ministro, foram ouvidas as "ponderações" do setor privado e de diversas áreas do governo, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Saúde e **Receita Federal**. Lewandowski classificou a conversa como uma "discussão bastante frutífera".

Participaram representando o setor de bebidas a Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBDD), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) e a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF).

Segundo o ministro, a Polícia Federal (PF) entrou nas investigações da intoxicação por metanol porque não se descarta a possibilidade de que seja um "problema nacional". Segundo Lewandowski, por haver a suspeita de envolvimento do crime organizado, é possível que não se trate das "conhecidas facções", mas de uma organização criminosa que atue especificamente no ramo de adulteração de bebidas.

"Como falamos de crime organizado, não estamos falando das conhecidas facções, que têm siglas às quais não gosto de me referir. Pode ser que haja uma organização criminosa especializada em produzir metanol para adulterar bebidas, e ela não precisa ter origem em São Paulo, pode ter origem em outros Estados ou atuar em vários Estados do país", afirmou o ministro na entrevista coletiva.

A pedido de Lewandowski, a Polícia Federal abriu um inquérito no dia 29 de setembro para investigar intoxicações por metanol ocorridas em São Paulo. A Polícia Federal ainda trabalha com a hipótese de que facções podem ter relações com a entrada irregular de metanol por meio do porto de Paranaguá, no Paraná. A instituição não vincula a adulteração a grandes grupos, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), mas considera cedo para descartar a participação do crime organizado.

Entre alguns delegados ouvidos pelo Valor, há um certo desconforto quanto a uma eventual ligação do PCC com o caso. De acordo com eles, criou-se a impressão de que a facção tem relação com quase tudo que ocorre no país em termos de crime organizado. A percepção, consideram, é enganosa.

A Polícia Federal trabalha com a possibilidade de que a adulteração pode não se limitar a bebidas clandestinas produzidas isoladamente. As apurações indicam que quadrilhas podem estar por trás das intoxicações por metanol.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirma que não há participação de facções criminosas na adulteração de bebidas. Segundo ele, a apuração tocada no Estado trabalha com a hipótese de uso do metanol para aumentar o volume de bebidas falsificadas.

Até segunda-feira (6), o Brasil registrava 217 notificações de intoxicação por metanol após o consumo de bebidas alcoólicas, de acordo com o Ministério da Saúde. Dessas, 17 foram confirmadas e 200 permaneciam em investigação. Também houve três mortes decorrentes da intoxicação pelo produto, todas no Estado de São Paulo. O óbito mais recente foi confirmado nesta terça-feira.

Delegados mostram certo desconforto quanto a eventual ligação do PCC com o caso

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Justiça Federal deve decidir sobre Refit, afirma MP-RJ

Fábio Couto

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) foi contrário ao pedido da Refit para que a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decida sobre a suspensão das atividades da companhia e sobre as apreensões de cargas destinadas à refinaria. Para o MP-RJ, a Justiça estadual não tem competência para decidir questões ligadas às operações da Polícia Federal e da **Receita Federal** que retiveram as cargas e levaram à suspensão das atividades da empresa.

A Refit recorreu semana passada na 5ª Vara Empresarial do Rio, onde corre a recuperação judicial da companhia, contra as apreensões e a suspensão - determinada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - das atividades da refinaria.

A informação foi antecipada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo. O Valor teve acesso ao parecer do MP e ao processo de recuperação judicial da Refit. No parecer, a procuradora Ana Paula Amato Manhães Siqueira afirma que o juízo responsável pela recuperação judicial da Refit não possui competência para deliberar sobre as ações movidas pela empresa. Tais ações devem ser submetidas à Justiça Federal, afirmou.

"(...) compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, suas autarquias e entidades públicas federais sejam interessadas, o que inclui procedimentos de apreensão e perdimento de mercadorias conduzidos pela **Receita Federal**", disse Siqueira.

A procuradora também cita uma petição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), segundo a qual o órgão diz que questões aduaneiras são de competência exclusiva da Justiça Federal. Ainda segundo o MP-RJ, a PGFN apontou "contradição da própria Refit, que no processo afirma ser dona das cargas, mas em **comunicado** ao mercado nega tal vínculo."

Em duas etapas da Operação Cadeia de Carbono, a **Receita Federal** apreendeu cargas de combustíveis de navios que atracariam no Rio, com destino à Refit. Na segunda etapa, a refinaria foi interditada por tempo indeterminado.

A Refit recorreu na 5ª Vara Empresarial alegando, entre outros pontos, que a paralisação das atividades pode causar descumprimento do plano de recuperação judicial, gerando "inadimplência dos créditos ali discriminados."

A Refit também recorreu administrativamente à ANP contra a suspensão das atividades. A ANP disse que a fiscalização foi realizada seguindo os critérios de governança interna e em conformidade com a legislação.

MP-RJ, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, PC.FN e **Receita Federal** não retornaram os pedidos de comentários. A Refit não comenta.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251008>

J&F vence disputa de R\$ 1,5 bilhão no Carf

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (Caif) derrubou uma cobrança de R\$ 1,59 bilhão referente a Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre valor do acordo de leniência pago pela J F Investimentos, holding controladora do grupo JBS, ao Ministério Público Federal (MPF). A decisão, por maioria de votos, se deu por questão processual.

O julgamento foi realizado pela 1ª Turma da Câmara Superior. Cabe recurso para pedir esclarecimentos ou apontar eventuais omissões na decisão (embargos).

A questão processual foi a falta de paradigma (precedente em sentido contrário) para recorrer à Câmara Superior. O **Carf** não aceitou o caso que foi apresentado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), indicando que não tratava do mesmo assunto. Para julgamento do mérito na Câmara Superior é necessário demonstrar que há divergência entre turmas do **Carf**.

O montante em discussão inclui os **tributos**, juros de mora, multa isolada e multa de ofício de 75%. De acordo com a **Receita Federal**, a infração seria o abatimento de valores referentes a despesas com o acordo de leniência no montante de R\$ 10,3 bilhões, a ser quitado em 25 anos. O valor cobrado consta no processo administrativo.

Para o órgão, essa despesa é indedutível. Isso porque tem natureza de multa não tributária e

não cumpre os requisitos de necessidade, normalidade e usualidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580, de 2018).

Segundo a Receita, os acordos preveem, em alguns casos específicos, uma dedução da parcela devida à União, como os casos de multas pagas por pessoas físicas vinculadas à empresa em razão de acordos de colaboração premiada. Mas "são casos pontuais de multas pagas, distintas, portanto, do caso em tela".

O caso, segundo o Fisco, trata de multa que teria como obrigação ressarcir instituições como a União, FGTS, BNDES, entre outras. O restante seria para a execução de projetos sociais.

"Apesar da União estar na relação das instituições ressarcidas, pudemos verificar, dos anexos do acordo de leniência, que a multa aplicada não possui natureza tributária, mas sim de caráter indenizatório geral, conforme se pode comprovar dos levantamentos dos

ilícitos que ali constam", afirma a **Receita Federal** no processo administrativo (nº 16561.720011/2021-27).

No **Carf**, a PGFN apontou que multas não tributárias são in-dedutíveis porque decorrem de um ilícito. "A procuradoria não consegue ver como um ilícito está dentro da atividade operacional da empresa [para ser deduzida]. A multa é uma consequência do ilícito", afirmou o procurador Rodrigo Moreira na sustentação oral realizada em agosto.

O contribuinte, por sua vez,

alegou que os valores das multas não decorrem de ilícito, mas de indenização, que decorre de um ato lícito que levou ao acordo. Para a empresa, a multa decorrente de acordo não seria equiparável à infração tradicional pela sua natureza indenizatória e o pagamento do acordo de leniência seria um gasto inafastável e inevitável, sendo o acordo essencial para manter a fonte produtora.

A empresa defendeu, na Câmara Superior, que o mérito não poderia ser julgado por causa do pa-

"Trata-se

efetivamente de uma despesa inevitável e, por isso, dedutível" Luiz G. Bichara

paradigma apresentado pela Fazenda. Como a empresa venceu o caso na instância anterior, na 4ª Turma Extraordinária da 1ª Seção, sem o julgamento de mérito fica manti-

da a decisão favorável.

O julgamento foi retomado após pedido de vista. O relator, conselheiro Jandir José Dall'Acqua, representante dos contribuintes, já havia votado para o caso não ter o mérito julgado em decorrência do paradigma apresentado. Na sessão de ontem, outros seis dos dez conselheiros votaram no mesmo sentido.

Segundo o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, que atuou para a J F no caso, a decisão é importante para reconhecer que esse tipo de despesa não decorre de mera liberalidade dos contribuintes.

"Trata-se efetivamente de uma despesa inevitável e, por isso, dedutível. Ninguém opta por uma leniência por esporte", afirmou. Ainda segundo o advogado, se o

ordenamento jurídico oferece essa opção para que empresas passem uma borracha no passado, a despesa deve ser deduzida.

Para Bibiana Valadares Peres, coordenadora sênior do Loeser e Hadad Advogados, a decisão do **Carf** poderá reduzir o risco fiscal de empresas que buscam celebrar acordos com o Ministério Público Federal ou Controladoria-Geral da União (CGU). "O precedente, além de reforçar a natureza indenizatória e não punitiva desses pagamentos, poderá influenciar em casos semelhantes de setores que tenham histórico de investigações anticorrupção", disse.

Procurada pelo Valor, a PGFN informou que não iria se manifestar sobre a decisão. A J F disse que não vai comentar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

CPI: suspeito de ser "laranja" movimentou R\$ 56 mil com dois ex-presidentes do INSS - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O auxiliar administrativo José Laudenor da Silva, suspeito de atuar como laranja no esquema de fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) enquanto recebe um salário de R\$ 1,5 mil, movimentou R\$ 56 mil com dois ex-presidentes do órgão. Os dados, obtidos pela Coluna, foram enviados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à CPI do **INSS**.

Em 2023, Laudenor recebeu R\$ 25,6 mil de José Carlos Oliveira, que foi presidente do **INSS** e ministro da Previdência durante o governo Bolsonaro. Entre 2021 e 2022, o auxiliar administrativo repassou R\$ 5,4 mil a Oliveira. Os dois são sócios em uma empresa de serviços de escritório. Questionados sobre as transações financeiras, Laudenor e Oliveira não responderam.

ANTECESSOR. Segundo o órgão de combate à lavagem de dinheiro, entre 2021 e 2022 Laudenor transferiu também R\$ 25 mil para Leonardo Gadelha, presidente do **INSS** na gestão Michel **Temer** e ex-deputado federal. Procurado, Gadelha não respondeu.

I ALVO. Em 2023, Laudenor ganhou R\$ 4,8 mil de Cícero Marcelino de Souza, investigado pela PF. Ele é apontado como assessor da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), que arrecadou R\$ 100 milhões do **INSS**. A Conafer negou ter ligação com Souza.

I LUPA. Ao todo, ao longo de um ano e um mês, Laudenor movimentou R\$ 1,3 milhão. "Comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro", afirmou o relatório do Coaf, que apontou ainda "movimentação elevada, de maneira habitual e bem acima de sua capacidade financeira".

I ALERTA. Com a abertura de diálogo entre Brasil e EUA sobre o tarifaço, empresários têm dito que a taxa de dividendos de residentes no exterior, uma das compensações para o aumento da isenção do IR, pode ser uma "pedra no sapato" de Lula nas negociações com Donald Trump.

I ARGUMENTO. Os empresários dizem que a medida pode espantar investidores e desagradar aos EUA. Escolhido relator do IR no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) estuda mudar o texto, que na Câmara foi relatado pelo rival Arthur Lira (PP-AL).

I SOLICITAÇÃO. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) pediu "atuação firme" do Planalto em defesa das empresas brasileiras nas tratativas com Trump. A entidade considerou positiva a aproximação entre Lula e o republicano, mas defendeu proteção comercial porque ainda não há proposta concreta de revisão de tarifas.

I A CAMINHO. O governo de Portugal anunciou ontem a doação ao Brasil de um primeiro lote de medicamentos para o tratamento de intoxicação por metanol. As ampolas de fomepizol serão usadas em diferentes regiões do País, que acumula 217 notificações por possível contaminação.

I PRONTO. O embaixador português Luís Faro Ramos destacou à Coluna que Portugal foi o primeiro país a responder ao pedido de ajuda do governo brasileiro. Há 5 dias, a Anvisa lançou um edital para identificar fabricantes internacionais do fomepizol, que não tem registro no País.

VODCAST "DOIS PONTOS" |Uma cidade de São Paulo mais saudável
Ciro Biderman Diretor do FGV Cidades "Precisamos parar de acreditar que ampliar mais ruas significa mais mobilidade e resolve o trânsito. A prioridade tem que ser o transporte público."

Marcos Buckeridge Vice-diretor do IEA da USP "O ruído excessivo causa estresse, ansiedade e interfere na qualidade do sono, impactando a saúde mental, algo que ainda não conseguimos resolver."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CPI mira repasse a esteticista citada em relatório da Contag

VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pretende investigar um repasse de R\$ 1,5 milhão, citado em relatório sigiloso sobre movimentações da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), para a esteticista Rosiane Ramos Salomão, de Florianópolis (SC), "sem relação comercial identificada".

Em nota, a Contag afirmou que "não tem qualquer movimentação financeira em favor" da esteticista. Procurada, Rosiane não atendeu nem respondeu aos contatos da reportagem.

Por mensagem, o marido dela disse apenas que a informação não era verdadeira.

Alegou que não se estenderia porque o contato poderia ser uma tentativa de golpe.

A informação do repasse está em documento enviado à CPI pelo Conselho de Controle de Atividade Financeira (Coaf). O Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Contag aponta três lançamentos em favor de Rosiane, de 30 anos, de maio de 2024 a maio de 2025. "A débito, transferiu para terceiros cuja relação comercial não identificamos: Rosiane Ramos Salomão (esteticista), três lançamentos no valor total de R\$ 1.500.000", afirma o documento.

Os relatórios do Coaf trazem, no cabeçalho, o nome do "titular" das contas analisadas e indica as pessoas que receberam recursos do dono da conta como "beneficiários". Há, ainda, "outros", que dizem respeito a pessoas e empresas citadas no memorial. Neste caso, a Contag aparece como "titular" e Rosiane, como "beneficiário" e "outros". O motivo da dupla classificação não é explicado no documento.

DEPOIMENTO. A menção ao repasse de R\$ 1,5 milhão chamou a atenção da CPI. Integrantes do colegiado afirmaram que vão usar o depoimento de representante da Contag, ainda sem data confirmada, para questionar sobre a esteticista e que pretendem "seguir o caminho do dinheiro" para esclarecer o pagamento.

Como mostrou o Estadão, a Contag movimentou R\$ 2

bilhões em um ano, o que foi considerado suspeito pelo Coaf.

Ela é apontada por investigações policiais e da Controladoria-Geral da União (CGU) como a maior beneficiada por descontos associativos. Com sede no Distrito Federal, arrecadou, entre 2016 e janeiro de 2025, R\$ 3,4 bilhões. Pelo menos uma parte dos associados diz que não deu aval a esses descontos, conforme a CGU.

A confederação é historicamente próxima do PT.

CONFORMIDADE. Por meio de nota, a Contag disse representar "milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o Brasil". "Todos os recursos movimentados possuem origem identificada e são registrados em conformidade com as obrigações legais e fiscais da entidade", afirmou.

Sobre a esteticista, declarou que "não tem qualquer movimentação financeira" em favor dela e que "essa pessoa nunca fez parte dos quadros da Contag". "A entidade está à disposição para prestar esclarecimentos", diz a nota.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apuração não vê avanço com dados do Coaf e fica presa a trilha da PF

A remessa à CPI do **INSS** dos primeiros documentos sigilosos sobre a movimentação financeira de investigados por suspeita de envolvimento no esquema de descontos ilegais em aposentadorias e pensões frustrou expectativas preliminares da comissão parlamentar.

Integrantes e técnicos da CPI vinham apostando que o teor dos documentos solicitados ao Coaf permitiria descortinar novas frentes de investigação. Contudo, isso ainda não foi capaz, na avaliação do colegiado, de abrir mais investidas.

A leitura geral de técnicos debruçados sobre a papelada é a de que a primeira leva da documentação não avança de forma relevante em relação a apontamentos já indicados pela Polícia Federal em inquéritos próprios.

Com isso, a CPI mantém, por enquanto, a tomada de depoimentos de nomes citados na investigação policial. I LEVY TELES E V.V.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alcolumbre trava embate com a oposição e tenta segurar Centrão

LAURIBERTO POMPEU E SARAH TEÓFILO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), virou alvo de insatisfação da oposição no Senado e até de aliados do Centrão na Câmara, enquanto tenta manter uma relação próxima com o governo Lula. Após ter conquistado o apoio do PL no início do ano para comandar o Senado, Alcolumbre tem acumulado desgastes com a bancada bolsonarista. Ele atua contra a hipótese de uma anistia ampla a condenados por atos golpistas, o que beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro, e defende um modelo de redução de penas, cuja discussão também vem perdendo força.

Além disso, articulou para barrar a chamada PEC da Blindagem, que dificultava a abertura de processos contra parlamentares e era fruto de um acordo na Câmara entre o Centrão e a oposição.

Próximo de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o chefe do Senado também barra qualquer discussão sobre impeachment de magistrados, o que aumenta o atrito. Ele se queixou em plenário há duas semanas que o foco da oposição sobre o STF vem tornando "impossível" a condução dos trabalhos.

RECONDUÇÃO À MESA

Apesar disso, senadores bolsonaristas apostam que vão crescer em influência após a eleição de 2026 e que Alcolumbre precisará fechar um acordo com o grupo para se manter na presidência da Casa em 2027.

-Tenho certeza que ele (Alcolumbre) tem palavra e não vai se furtar de pautar a matéria (da anistia) quando chegar ao Senado, por mais que não seja o texto com o qual ele concorde -afirma o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Outro sinal do racha com bolsonaristas ocorre na CPI do **INSS**, com queixas de que o presidente do Senado age para limitar os trabalhos da comissão. Como exemplo, citam a elaboração de um parecer da Advocacia da Casa que impede a divulgação de dados referentes a reuniões entre parlamentares e o empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS**.

Parlamentares também vêm tentando vincular o

senador Weverton Rocha (PDT-MA), aliado de Alcolumbre, a Antunes, num esforço visto como tentativa de constranger o próprio presidente do Senado. Durante o depoimento do empresário, Weverton foi citado 20 vezes -os dois já estiveram juntos em encontros, como mostrou O GLOBO. Procurado, Alcolumbre não se manifestou. Weverton negou ter relação com Antunes e disse que não participou de nenhuma irregularidade.

Enquanto isso, o governo aposta na relação com Alcolumbre para avançar iniciativas no Senado, como o projeto de isenção do Imposto de Renda (IR), e para minimizar os efeitos do anunciado desembarque do União da gestão.

Em outra frente de embates, há um clima de disputa entre Alcolumbre, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e deputados líderes do Centrão. A decisão do Senado de enterrar a PEC da Blindagem gerou repercussão

negativa na Casa vizinha. O fato de o senador Renan Calheiros (MDB-AL) ter conseguido articular o avanço de um projeto que amplia a isenção do IR, sob o argumento de que a iniciativa similar que tramitava na Câmara estava travada, também contribuiu para a crise. Na Câmara, o projeto, que foi aprovado na semana passada

pelos deputados, estava sob a relatoria do ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL), que é rival de Renan em Alagoas.

Motta admite a aliados que a decisão sobre a PEC da Blindagem irritou os colegas, mas tenta esfriar os ânimos e evitar confronto com o chefe da Câmara. O distanciamento também foi um dos fatores que criaram um freio ao projeto de redução de penas aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

-Isso é natural. Tem hora que a situação está ruim, depois fica boa de novo. As duas Casas têm que trabalhar juntas -minimiza o relator da proposta da dosimetria, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Espaço fiscal para 2026 pode depender de receitas extras

Jéssica Santana De Brasília

O espaço fiscal extra de R\$ 13,7 bilhões que o Executivo terá para gastar em 2026, possibilitado pela Emenda à Constituição 136/2025, vai depender de uma folga na meta fiscal para ser aberto de fato, o que pode demandar que o governo busque receitas extras. A avaliação é de técnicos em Orçamento do governo e do Congresso ouvidos pelo Valor e foi confirmada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

A Emenda à Constituição (EC) 136, que estabeleceu novas regras para precatórios da União e dos municípios, permite ao governo federal que incorpore na base de cálculo do limite de gastos do Poder Executivo os créditos abertos somente para uso em 2025. Foi um "jabuti" inserido pelo Congresso Nacional na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que renderá uma ampliação do limite de despesas do Executivo em 2026 no valor R\$ 13,7 bilhões, além do que já foi projetado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Para que esse espaço extra seja incorporado no Orçamento, é preciso que haja espaço fiscal na meta de resultado primário. O PLOA foi enviado ao Congresso com uma folga de apenas R\$ 300 milhões para cumprimento da meta do próximo ano, que é de um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 34,3 bilhões.

Com isso, a simples ampliação do limite de despesas, mesmo autorizada pela EC, representaria um descumprimento da meta fiscal, já que não há espaço suficiente no PLOA. Por isso, a avaliação do governo é que esse espaço só poderá ser aberto se tiver receita correspondente.

"Esse espaço fiscal que permite o aumento da despesa primária em 2026 precisa levar em consideração o cumprimento da regra da meta de resultado primário. Se a restrição para o cumprimento da meta de primário estiver maior, esta regra pode limitar a ampliação das despesas no limite definido no arcabouço, o que exigiria novas fontes de receita primária", explica Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal.

Em nota ao Valor, o Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou que "a aprovação da LOA com uma ampliação de despesa nesse montante dependeria de espaço na meta fiscal, o que poderia demandar ampliação de receita".

Técnicos do governo avaliam que não há ambiente político para a equipe econômica propor novo aumento de receita, visto que a peça orçamentária já chegou ao Legislativo com uma série de receitas incertas, como a da Medida Provisória 1.303, alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e o projeto de lei complementar que prevê um corte de benefícios tributários e aumento da tributação do lucro presumido.

A expectativa do governo é que o próprio Congresso busque uma alternativa. Entre as soluções que poderiam ser usadas pelos parlamentares, está reprojeter a expectativa de receita primária para 2026, de modo a sobrar espaço fiscal na meta de primário estimada, para acomodar o aumento do limite de despesas e abrir o espaço extra para gastos do Executivo.

Já técnicos em Orçamento do Congresso Nacional avaliam que não há muita margem para os parlamentares fazerem essa reprogramação na receita, pois os parâmetros econômicos utilizados pelo governo no PLOA são mais otimistas que as projeções do mercado financeiro. Uma reprogramação para cima da receita primária poderia ser interpretada como uma manobra para gastar mais em ano eleitoral.

Procurado para comentar, o relator do PLOA 2026, deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), não retornou. O MPO lembra que o PLOA 2026 está ainda em apreciação pelo Congresso.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já afirmou publicamente que o governo precisa do espaço que será aberto no limite de gastos de 2026 para acomodar o aumento de despesas que o Executivo terá com o salário-maternidade pago a trabalhadoras autônomas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a exigência de carência de, no mínimo, dez contribuições mensais para que trabalhadoras autônomas possam ter direito ao

salário-maternidade. Com isso, essas mulheres podem receber o benefício caso tenham contribuído uma única vez ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), o que deve elevar as despesas com esse benefício em ao menos R\$ 8 bilhões no próximo ano,

Há dúvidas, contudo, se o espaço seria usado mesmo para esse fim. Já está mapeado, por parte de técnicos do governo, o risco de o Congresso incorporar o espaço extra no limite de gastos para acomodar as emendas de comissão. Isso porque o governo enviou a peça orçamentária sem prever recursos para esse tipo de emenda, que ultrapassará R\$ 12 bilhões em 2026.

Não há margem para parlamentares reprogramarem receitas, avaliam técnicos do Congresso

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Lider nas pesquisas em Portugal fala em 'bom senso' com imigração

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

O almirante da reserva da Marinha de Portugal Henrique Gouveia e Melo, de 64 anos, é o preferido dos portugueses, segundo as pesquisas, para as eleições presidenciais de janeiro. É a primeira vez que ele se candidata a cargo político e está na disputa como um independente, sem filiação partidária. Seu nome ganhou projeção na pandemia, quando coordenou uma força-tarefa para vacinação.

Gouveia e Melo se coloca como uma opção de centro em um país onde a ultradireita ganhou musculatura, mas onde os sociais-democratas têm, ao menos ainda, a maior bancada no Parlamento. Ele esteve no Rio e em São Paulo entre sábado e ontem. Teve encontros com políticos de diferentes correntes para "criar uma conexão mais alargada" com a política brasileira. Ele não quis revelar com quem se reuniu. Outro objetivo foram conversas com empresários portugueses no Brasil.

Gouveia e Melo compara o modelo presidencial de Portugal com o de gestão de uma empresa. O CEO é o primeiro-ministro. O presidente é o chairman, alguém que indica os grandes caminhos a seguir, enquanto o primeiro-ministro é quem executa, quem toca o governo. A seguir alguns dos trechos da entrevista ao Valor, ontem, em São Paulo:

Valor: A que o senhor atribui sua liderança nas pesquisas?

Henrique Gouveia e Melo: Em muitos países, não só em Portugal, há um cansaço com o poder político, com a política em geral. Esse cansaço tende a penalizar a política tradicional e têm aparecido novos políticos ou novas formas de fazer política. Muitas dessas formas são formas que trazem com elas também o extremismo político. Muitas vezes de direita, mas também muitas vezes de esquerda. E eu achei que devia contribuir para atrair as pessoas outra vez para a política, mas ao centro. Porque acho que é ao centro que estão as decisões equilibradas e ponderadas. O bom senso nunca está nos extremos. O bom senso está ao centro. Às vezes, o modelo à esquerda é o utópico, são sociedades utópicas. E à direita são sociedades de colmeia, em que o Estado passa a dominar a sociedade e limita as liberdades. À esquerda isso também acontece. Eu acho que a

população humana tem, em termos gerais, 65% a 70% eleitores do centro. E depois há uma faixa que se divide à esquerda e à direita e que são os outros 35%. Às vezes está a direita mais forte. Direita extremista... Está a direita mais forte. E esvazia a esquerda e enche a direita, outras vezes é ao contrário. Está a esquerda mais forte e esvazia a direita. Mas há sempre um voto de protesto. Eu, de alguma forma, como venho fora da política, vou carrear um bocado esse voto de protesto, mas posso ser, porque sou uma pessoa moderada, acho que tenho bom senso e, como tal, me situo no centro político.

Valor: Como candidato de centro, como o senhor vê a atual legislação que cria novas restrições à entrada de imigrantes em Portugal? Prejudica ou ajuda a economia portuguesa neste momento?

Gouveia e Melo: Este é um problema verdadeiramente complexo e multifatorial. O extremismo político simplifica esse problema. Como simplifica? "Eles e nós. Estamos sendo invadidos, estão tirando os empregos, estão tirando as casas." É a emoção e não a razão. Na realidade, está provado que se Portugal quiser crescer, para estar no pelotão da frente dos países europeus em termos de desenvolvimento e de progresso econômico, tem que crescer, no mínimo a 3%, durante 10 anos. Nós temos tido crescimentos na ordem de 1,5% ou abaixo de 1,5%. Não há forma nenhuma, e isso está provado em diversos estudos econômicos, de Portugal crescer 3% sem a contribuição dos imigrantes. Portanto, nós precisamos de mão de obra, precisamos, nesta fase, de mão de obra a todos os níveis, a mais qualificada e a menos qualificada, para podermos crescer. Se não tivéssemos essa mão de obra, não só a economia iria se ressentir muito, mas também, em termos de uma pirâmide etária invertida, até a sustentação da **seguridade social** podia ficar em xeque. A contribuição para a **seguridade social**, a presença de pessoas que contribuem para pessoas que não trabalham, desceria. Neste momento são cerca de seis para cada uma pessoa que não trabalha. Há seis pessoas que ainda estão trabalhando que contribuem. Sem imigração [essa relação] desceria para algo como um para quatro. Isso afetaria a sustentabilidade da **seguridade social**. Os imigrantes mais jovens, de alguma forma, preenchem essa lacuna da nossa pirâmide etária invertida.

Valor: Por outro lado, o número de imigrantes em Portugal passou a ser visto por muitos no país como fonte de problemas.

Gouveia e Melo: Não podemos permitir, e, de alguma forma, a direita tem alguma razão. Não no aspecto emotivo do "nós contra eles", mas nós não podemos permitir dois ou três fenômenos que também acontecem. Muita gente migra para Portugal para encontrar um visto de autorização para depois poder sair de Portugal e ir para outros países da Europa. Portanto, nós somos um local de transação documental. E isso não acrescenta nada à economia. Isso, para nós, não é bom. Esse é um dos fatores. Não podemos andar a vender a nossa nacionalidade, não podemos facilitar, através da nossa nacionalidade, a imigração para o resto da Europa. Isso não faz sentido. Mas nós queremos que a nossa economia se desenvolva. Não é só aumentar em volume, tem que aumentarem qualidade. E para isso precisa ser uma economia de maior valor agregado. Como é que uma economia se transforma de uma economia de baixo valor agregado numa economia de maior valor agregado? Introduzindo duas coisas, tecnologia e conhecimento. Portanto, é natural, e agora a lei que saiu reflete um bocado isso. É natural que a Portugal deseje trabalhadores mais qualificados para poder melhorar a sua economia, tornando uma economia mais especializada, de maior valor agregado. Só que isso não vai acontecer de um dia para o outro. Não é por decreto que essas coisas acontecem. Porque leva tempo fazer essa transformação. Nesta fase, nós precisamos de trabalhadores menos qualificados e desejamos trabalhadores mais qualificados para fazer essa transição. E a transição não vai ser feita de um dia para o outro. Há uma grande preocupação no Brasil de que agora só há [portas abertas para] trabalhadores qualificados em Portugal. Esqueçam isso. A economia ainda precisa de trabalhadores não qualificados. E enquanto está fazendo a transição, vai precisar deles. E esses trabalhadores podem até ter a chance de se qualificar em Portugal e fazerem parte dessa nova economia.

Valor: Se o senhor for eleito presidente de Portugal, tem planos de alterar algo nas regras relacionadas à entrada de imigrantes?

Gouveia e Melo: Um presidente não tem o poder legislativo. Pode influenciar através do seu exercício, da magistratura de influência, vetando aqui ou ali, ou negociando com a governança e com o poder legislativo. O que eu vou tentar fazer é criar bom senso. E o bom senso é que nós não podemos, de um momento para o outro, dizer: "Agora não queremos ninguém não qualificado". Porque isso faz colapsar a nossa própria economia. O que nós não podemos permitir, e já agora. E deixe-me só acrescentar que há

um sociólogo inglês, Karl Popper, que escreveu que o limite da tolerância da democracia é importar intolerância. O que nós não podemos é importar intolerância de outras regiões do mundo que têm culturas intolerantes e depois migram para dentro da nossa sociedade e querem replicar essa cultura intolerante dentro de uma sociedade tolerante. Claro que não são os brasileiros, não são os angolanos. Nós, nos países na comunidade de países de língua portuguesa, não temos isso. Os muçulmanos que vivem em Moçambique ou que vêm de Guiné-Bissau são muito tolerantes, têm uma cultura de tolerância. Agora, há outras regiões do mundo em que as pessoas fogem por motivos econômicos, mas fogem trazendo a cultura de intolerância. E não podem criar guetos dentro da nossa sociedade com culturas intolerantes.

Valor: Sobre uma pauta cara aos governos liberais: corte de **impostos**, redução de gastos, contas públicas ajustadas. Essa também é uma pauta da sua candidatura?

Gouveia e Melo: Se considerar que há um centro político, nesse aspecto [da agenda gestão da economia] eu estou mais à direita. Estou mais à direita porque Portugal sofreu uma política má de contas públicas e tivemos um resgate financeiro com consequências terríveis para a sociedade portuguesa. Isso nos últimos 10 anos. O que nós temos que fazer é, com bom senso, perceber que a economia, para funcionar, tem que ter liberdade de ação. Quando o Estado é um travão à economia, a economia não se desenvolve no seu potencial máximo. E não se desenvolvendo no seu potencial máximo, prejudica o próprio país. O outro lado é que os **impostos** que nós retiramos desta economia podem asfixiar a economia. Por quê? Porque numa economia globalizada, o país torna-se menos competitivo, não há investimento e, portanto, nós não desenvolvemos a economia. Temos que fazer uma transição, que não pode ser brusca, mas uma transição lenta, para um modelo em que o Estado liberta a economia e retira menos dividendos dessa economia e, gastando melhor esses dividendos. Isto é o que eu considero mais à direita. No entanto, os gastos do Estado e a eficiência do Estado têm de ser elevadas para conseguir criar os elevadores sociais.

Valor: Políticas voltadas à população mais pobre?

Gouveia e Melo: São políticas de esquerda. São políticas sociais que, em vez de alimentar a pobreza, subsidiando a pobreza, o que nós vemos é alimentar a transformação social. Devemos criar elevadores sociais. E quais são os elevadores sociais? A cultura, a educação, a habitação. São aquelas coisas que são básicas, mas que transformam a vida das sociedades.

Eu sou católico, mas eu não gosto, muitas vezes, daquela piedadezinha católica, que a gente vê um pobre, dá-lhe uma esmola e fica com a consciência limpa. Não, nós não podemos é ter pobres. Nós temos que, em termos da nossa coesão social, ter uma sociedade numericamente colocada na classe média ou classe média alta e não uma grande porcentagem de pobreza. Em Portugal, 20% da população portuguesa vive num limiar da pobreza. Isso é uma porcentagem gigantesca para qualquer país. Deveriam ser 2%, 3%. E essas pessoas que vivem num limiar da pobreza acabam também não contribuindo para a economia.

São um peso para a economia. Portanto, o Estado, de forma inteligente, tem que diminuir o atrito para que a economia puxe por essas pessoas criando elevadores sociais para os qualificar também para que eles possam participar numa nova economia. E fazendo isso, reduzimos a pobreza e trazemos as pessoas para a classe média. E ao trazermos as pessoas para a classe média, fazemos uma coisa muito importante, que é sustentar verdadeiramente a democracia. Porque o indivíduo que tem casa, tem família e tem uma vida estável, é moderado por natureza, gosta da liberdade e não gosta de radicalismos políticos.

Valor: Com quem o senhor mais se identifica na política brasileira? Com o presidente Lula ou com o ex-presidente Bolsonaro?

Gouveia e Melo: Olha, Fernando Henrique, ou com **Temer**, indivíduos mais ao centro e mais equilibrados. Eu considero que a política é um espectro. Vai de um extremo ao outro. O pêndulo da política às vezes vai para a esquerda e para o extremo. E depois, porque tem muito balanço, vai para a direita e para o extremo. O que é que acontece? Cada vez que vem alguém ao poder, a primeira preocupação é destruir o governo federal. Resultado, o país não avança. Se o pêndulo oscilar menos, e isto à volta do centro político, há muito mais consenso sobre as políticas que fazem avançar o país.

Valor: O pêndulo em Portugal está em que ponto hoje?

Gouveia e Melo: O pêndulo está a ganhar balanço para a direita. Pode ser perigoso. Depois, a seguir, quando isso falhar, vai ganhar balanço para a esquerda. E depois, falhando, vamos entrar numa zona demasiado extremada ou polarizada da sociedade. Assim como outros países europeus, Portugal projeta ampliar seus gastos militares, conforme proposto no projeto orçamentário de 2026.

Valor: Como outros europeus, Portugal projeta ampliar os gastos militares em 2026. O senhor partilha da defesa desses aumentos?

Gouveia e Melo: Sim, eu partilho porque nós devemos dar um sinal à Federação Russa. A preocupação que temos é com a Federação Russa e com os problemas na Europa. A Federação Russa tem uma economia que é um décimo da europeia e se ela não parar com essa agressão nós vamos aportar o dinheiro suficiente para superarmos a capacidade russa em muito.

Valor: Qual o impacto das tarifas dos EUA para Portugal?

Gouveia e Melo: Qualquer tarifa prejudica a economia. Há uma ideia econômica que acabou há mais de um século e, pelo visto, há pessoas menos cultas que querem reeditar algo que já falhou há um século. É o mercantilismo, que olhava para a balança de transações. A ideia era: eu tenho que vender muito mais para fora do que tenho que importar. Isso acaba por matar os mercados exteriores. E nós não progredimos matando o mercado, nós progredimos aumentando sucessivamente o mercado interno e o mercado exterior.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Governo se reorganiza na CPI do INSS, obtém vitórias e tenta aumentar controle de comissão

Caio Spechoto

O grupo aliado do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reorganizou na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga os descontos irregulares em benefícios do **INSS** e obteve três vitórias em votações recentemente. Os governistas julgam agora ter até 19 dos 32 votos do colegiado, e planejam tentar se impor mais vezes dentro da comissão.

As vitórias são fatos políticos importantes porque o governo perdeu a disputa pelos cargos na cúpula da CPI . Tanto o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), quanto o relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), foram escolhidos por uma articulação dos opositores de Lula.

A votação pela presidência da comissão foi decidida por 17 votos a 14. O governista derrotado foi o senador Omar Aziz (PSD-AM), que havia sido indicado pelo presidente do Senado , Davi Alcolumbre (União-AP), para comandar o colegiado.

Se a maioria pró-governo se consolidar, os aliados do presidente da República terão condições de barrar requerimentos de convocação para depoimentos e de novas quebras de sigilo que tiverem potencial para desgastar a gestão Lula.

A vantagem recém-obtida não neutraliza os riscos políticos da CPI para o governo. Como mostrou a Folha , a comissão acumulou poder em suas primeiras semanas ao aprovar diligências, como quebras de sigilo, contra ao menos 165 pessoas e empresas.

"A CPI já tem o que ela precisa, que são as quebras de sigilo. Esses são os documentos mais importantes", disse Carlos Viana à reportagem.

A mais recente das vitórias do governo em votações de requerimentos foi na quinta-feira (2). O grupo conseguiu barrar a convocação de Edson Claro Medeiros por 16 votos a 14. Medeiros foi funcionário de Antonio Carlos Camilo Antunes, que ficou conhecido como Careca do **INSS** e se tornou o personagem mais conhecido do escândalo.

Ao defender a convocação, Gaspar disse que Medeiros foi ameaçado de morte e estava disposto a prestar informações ao colegiado. Também afirmou que havia uma "pressão enorme" para que ele não depusesse.

O deputado governista Rogério Correia (PT-MG) era um dos autores do requerimento e pediu para retirá-lo. Votar ou não o requerimento se tornou motivo de discórdia e causou atrito entre o coordenador da bancada do governo, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e o presidente do colegiado, Carlos Viana. Só depois houve a votação.

Governistas afirmam que estão conseguindo os votos porque a CPI está abrindo demais sua investigação e ficando sem foco.

Também na quinta-feira, o governo conseguiu atingir outro objetivo, mas neste caso sem votação. Requerimentos de convocação de diretores da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foram retirados de pauta sem deliberação. A Contag é uma das entidades na mira da CPI e tem proximidade histórica com o PT de Lula.

Na quinta-feira anterior (25), os governistas conseguiram barrar duas convocações. A principal foi a de Gustavo Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA) que assinou uma procuração concedendo poderes a Rubens Oliveira, apontado como um operador dos descontos irregulares.

Também foi barrada a convocação de Silas Bezerra Alencar, empresário que teria ligações com a Contag. O resultado das duas votações foi 19 a 11, expondo o apoio que os aliados de Lula julgam ter quando todos os titulares do colegiado estão presentes -a vantagem seria menor quando titulares faltam e suplentes votam.

Governistas ouvidos pela reportagem afirmam que o grupo só quis disputar no voto os requerimentos naquele dia porque julgavam já ter reagrupado a base e ter apoio suficiente para ganhar. O resultado os deu confiança.

Os relatórios de quebras de sigilo estão chegando ao colegiado desde a semana passada e seus conteúdos são imprevisíveis. A CPI poderá ganhar tração dependendo das informações que forem encontradas nas quebras de sigilo.

Além de tentar conter requerimentos que contrariam seus interesses, os aliados de Lula pressionam para que sejam marcados depoimentos de pessoas ligadas ao governo de Jair Bolsonaro (PL).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/governo-se-reorganiza-na-cpi-do-inss-obtem-vitorias-e-tenta-aumentar-controle-de-comissao.shtml>

Genial/Quaest: governo Lula é aprovado por 48% e desaprovado por 49%

Pedro Augusto Figueiredo e Geovani Bucci

A aprovação do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está no melhor patamar desde janeiro, quando houve a crise do Pix, seguida do escândalo do **INSS** e do tarifaço americano às exportações brasileiras. De acordo com pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira, 8, a gestão do petista é aprovada por 48% dos entrevistados e desaprovada por 49%.

Ambos os percentuais oscilaram no limite da margem de erro de dois pontos para mais ou para menos. A aprovação em setembro era de 46% e, a desaprovação, de 51%. Em janeiro, os índices eram 47% e 49%, respectivamente.

A Quaest entrevistou presencialmente 2.004 brasileiros com 16 anos ou mais entre os dias 2 e 5 de outubro. O nível de confiança é de 95%.

A aprovação de Lula cresceu sobretudo entre os entrevistados que recebem mais de cinco salários-mínimos, de 37% para 45%. Em contrapartida, a desaprovação neste grupo caiu de 60% para 52%.

O presidente é aprovado por 54% a 43% na faixa salarial de até dois salários. A desaprovação é majoritária (51%) entre quem recebe de dois até cinco salários; neste caso, a aprovação é de 46%.

A avaliação do governo também ficou estável: 37% consideram o trabalho de Lula como negativo, 33% de forma positiva e 27% como regular. Na pesquisa do mês passado, os percentuais eram de 38%, 31% e 28%, respectivamente.

O levantamento também mediu a percepção econômica dos entrevistados. Nesse sentido, diminuiu de 48% para 42% o grupo que acha que a economia piorou nos últimos 12 meses. Os seis pontos percentuais foram transferidos para a parcela que avalia que a situação econômica ficou do mesmo jeito, que cresceu de 29% para 35%. Ao mesmo tempo, 21% consideram que a economia melhorou e 2% não souberam ou não responderam - mesmos patamares de setembro.

Por outro lado, cresceram de 40% para 43% os entrevistados que demonstram otimismo e apostam que a economia vai melhorar nos próximos 12 meses.

Os que acham o contrário oscilaram de 37% para 35% e aqueles que opinam que vai ficar do mesmo jeito continuaram em 19%.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/genialquaest-governo-lula-e-aprovado-por-48-e-desaprovado-por-49,3a5005556c3d3ef1a06433fb89f9850b59stmopu.html>

Salário mínimo subiu 7,5% em 2025; saiba o valor do piso nacional

Colaboração para o UOL

O novo valor do salário mínimo nacional passou a ser creditado pela primeira vez na conta dos trabalhadores em fevereiro, já com o reajuste para R\$ 1.518,00.

Embora o aumento tenha entrado em vigor em janeiro, os depósitos só ocorrem no mês seguinte ao período trabalhado. Por isso, o ajuste aparece nos contracheques emitidos a partir de fevereiro.

O salário mínimo corresponde ao valor mais baixo que um trabalhador pode receber por mês em atividades formais. Ele também serve como referência para benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas pagos pelo governo federal.

O montante de R\$ 1.518 representa uma alta de R\$ 106, ou seja, 7,5% de acréscimo, percentual acima da **inflação** registrada no mesmo intervalo. Mesmo assim, o valor final ficou menor do que o esperado devido ao corte de gastos aprovado no fim de 2024.

Antes, o piso nacional era reajustado com base na **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - índice que tende a ser mais favorável ao trabalhador do que o IPCA - somado à variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Pela regra antiga, o valor chegaria a R\$ 1.525.

Com a nova metodologia, foi incluído um limite de até 2,5% para a elevação de despesas. Isso significa que, mesmo que o **PIB** registre 3,2% de crescimento, será considerado apenas o teto de 2,5% na conta.

O piso nacional afeta diretamente o valor das aposentadorias pagas pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e de diversos programas sociais. Por essa razão, o governo busca controlar aumentos maiores para evitar impacto excessivo nas contas públicas em um cenário de contenção de gastos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/10/08/salario-minimo-subiu-75-em-2025-saiba-valor-do-piso-nacional.htm>

Incentivo à defesa da democracia

Em uma roda de conversa com cerca de 350 alunos do Centro de Ensino Médio 1 de Planaltina, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, defendeu, ontem, a importância da participação política e do voto entre os jovens que irão às urnas pela primeira vez nas eleições de 2026. Ao incentivar os estudantes a exercerem a cidadania e a acreditarem no poder transformador da democracia, a ministra deu um recado enfático: "O Brasil não caiu do céu nem nasceu no inferno. O Brasil é o que nós quisermos que ele seja", frisou.

Com estudantes e professores, ela abordou temas como igualdade de gênero, liberdade de expressão, polarização política e o papel das novas gerações na construção do país. A ministra respondeu perguntas, ouviu relatos e lembrou que o voto é "a ferramenta mais poderosa da cidadania".

"Na hora em que você chega à cabine eleitoral, é você e a urna.

Nem pai, nem mãe, nem juiz, ninguém manda. É o seu voto, o seu direito, a sua escolha. Isso é democracia", destacou.

A ministra lembrou o processo de redemocratização do país, ao citar os 37 anos da Constituição e os 40 anos do fim da ditadura militar.

Destacou que a geração à qual pertence lutou pelo direito ao voto e pela liberdade de pensamento, e reforçou que cabe aos jovens preservar tais conquistas.

"Foi com muita luta que conseguimos redemocratizar o Brasil. O que parece normal para vocês - como poder falar, estudar e escolher - foi fruto de muita coragem.

Cada geração tem o dever de garantir que a próxima mantenha esses direitos", afirmou.

No encontro, estudantes e professores debateram o país com a ministra. Natasha de Souza, 18 anos, aluna do 3º ano, destacou o impacto da presença da presidente do TSE.

"A ministra aqui, hoje, na nossa escola, foi de extrema importância, pois nos trouxe um olhar muito diferente do que é acostumado a ter nas escolas, nas nossas realidades, sobre a Constituição.

Devemos saber os nossos direitos, o que é de extrema

importância, tanto para receber mais respeito quanto para ter o que pedir nas políticas públicas. Essa palestra da ministra foi muito esclarecedora", disse Natasha, que integra o projeto Meninas em Ação, voltado ao empoderamento feminino.

A presença de Cármen Lúcia também emocionou os professores.

Adriane Vilar, docente de geografia, ressaltou o simbolismo de receber a mulher que está no comando da Justiça Eleitoral em uma escola pública.

"É uma alegria. Estou muito emocionada porque, além de falar sobre democracia - que é um tema que a gente aborda o tempo inteiro com os alunos -, é também uma mulher.

Uma mulher empoderada, que está ajudando a construir uma democracia mais forte no país", afirmou.

Cármen Lúcia aproveitou os comentários dos jovens e dos docentes para discutir temas como desigualdade, educação e empatia. Também falou sobre segurança, transporte e condições de estudo, afirmando que o poder público deve garantir o direito de viver sem medo.

"O estresse de viver sob ameaça causa doenças. É direito de cada um de nós poder ir e vir em paz.

Nós, **servidores públicos**, trabalhamos para que vocês tenham uma democracia plena e direitos respeitados", afirmou.

A presidente do TSE entregou um exemplar da Constituição à escola, como símbolo do compromisso com a formação cívica. A visita fez parte das ações da Justiça Eleitoral voltadas à educação política e ao incentivo ao alistamento de jovens de 16 e 17 anos, cujo voto é facultativo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7897/08-10-2025.html?all=1>

Concursos avançam, mas País falha em tecnologia e avaliação, diz estudo

DANIEL WETERMAN

O Brasil avançou com a adoção do Concurso Nacional Unificado (CNU) e de cotas para seleção de **servidores públicos**. No entanto, está atrás de outros países quando o assunto é tecnologia na aplicação das provas ou a avaliação do desempenho dos funcionários que passam nos processos seletivos.

A conclusão é de um estudo inédito realizado pelo pesquisador Fernando Luz Brancoli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para o Ministério da Gestão e Inovação e Serviços Públicos (M-GI), ao qual o Estadão teve acesso. O estudo comparou os concursos no Brasil com os de outros 12 países.

O Ministério da Gestão afirma que o governo adota mecanismos para avaliar o desempenho dos servidores, mas relatou ter dificuldades em avançar nesse tema (mais informações na pág. B4).

Sobre o CNU, o Executivo não adotará nenhuma regra

que o torne obrigatório e periódico, mas diz acreditar que o modelo pode induzir os próximos governos a continuar com o concurso.

Entre os países analisados, China, Cingapura e França se destacam com modelos unificados de concursos, com forte centralização pelos governos federais. O Brasil caminha para esse objetivo com o CNU, conhecido como "Enem dos Concursos".

De acordo com o estudo, nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha e na Índia, os órgãos e os entes federativos

têm mais autonomia para estabelecer regras próprias de seleção. Portugal, Argentina e Espanha têm um modelo híbrido, combinando coordenação e descentralização.

"Em alguns casos, o Brasil está no topo, com a criação de cotas para minorias das mais variadas e a ideia de uma nor-matização que garanta que um concurso funcione todos os anos. Em outros aspectos, estamos muito atrasados, como as questões ligadas à tecnologia. Então, eu diria que estamos no

meio da tabela", afirmou ao Estadão o autor do estudo.

A pesquisa destaca o CNU como uma experiência positiva por fazer seleções em grande escala, padronizar procedimentos, ampliar o acesso e assegurar maior impessoalidade e eficiência na ocupação dos cargos.

Por outro lado, há falta de regularidade e demora para a nomeação dos selecionados. No Brasil, os concursos dependem de demanda e orçamento e as contratações podem demorar mais de um ano. E não se sabe quando haverá novas seleções

nos próximos anos e governos.

Já em países como EUA, Cingapura, África do Sul e Canadá, a oferta de concursos é constante, compara o estudo. Índia, China e Espanha realizam seleções uma vez por ano. Com exceção da China, todos os países levam menos de um ano entre o lançamento do edital e a homologação dos selecionados.

OBSTÁCULOS. O Brasil esbarra em obstáculos como a falta de tecnologia e conectividade em

diferentes regiões - enquanto outros países fazem processos totalmente digitais e altamente seguros - e na alta judicialização, aponta o estudo.

No campo da tecnologia digital, Chile, Canadá, China e Cingapura possuem sistemas altamente automatizados e realizam até etapas exclusivamente online. A Índia realiza o maior concurso público do mundo e ainda é líder no uso de tecnologia, com biometria, inteligência artificial e block-chain, garantindo integridade e baixo índice de fraudes, segundo o documento.

De acordo com o estudo, o Chile é um exemplo de como fazer seleções rápidas em um modelo digitalizado.

Em 2024, aproximadamente 90% dos concursos federais do país foram totalmente digitais, desde a inscrição até a aplicação de provas, e os processos geralmente levaram menos de um ano até a contratação. O portal Empleos Públicos permite uso de inteligência artificial para filtrar perfis por critérios técnicos, como formação, experiência e adequação ao cargo.

No caso das cotas, o Brasil é um bom exemplo, segundo o estudo. Há 30% de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, além de reservas legais para pessoas com deficiência e isenções de taxas de inscrição para pessoas de baixa renda.

As cotas brasileiras se aproximam de casos como o da Índia, que possui reservas até para castas marginalizadas, e a África do Sul, que desde o fim do apartheid, na primeira metade dos anos 1990, adota metas de representação por raça, gênero e deficiência.

O Canadá não adota o sistema de cotas fixas, mas estabele-

ce metas para inclusão de mulheres, pessoas com deficiência, minorias visíveis e povos indígenas com base em indicadores demográficos oficiais. Em contraponto, na França e na Alemanha não há cotas raciais estabelecidas.

AVALIAÇÃO FALHA. A avaliação do trabalho dos servidores que passam nos concursos é apontada pelo pesquisador como um ponto em que o Brasil está atrasado na comparação com outros países.

Atualmente, não há um programa único de acompanhamento e isso depende de cada instituição. A maioria da população brasileira é favorável à estabilidade dos servidores, mas também cobra a avaliação por desempenho, conforme revelou pesquisa recente do Instituto Datafolha.

A reforma administrativa em discussão no Congresso Nacional propõe um programa de avaliação de desempenho, mas há dúvidas sobre como executar essa avaliação e o que fazer com servidores que tiverem desempenho ruim.

De acordo com o texto apresentado na semana passada pelo coordenador do grupo de trabalho que debate uma proposta de projeto para a reforma, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), nenhuma carreira terá menos de 20 níveis de progressão e a avaliação de desempenho individual será um critério dessa progressão, e não mais o tempo de serviço.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministério da Gestão vê avaliação de desempenho como tema "mais difícil"

DANIEL WETERMAN

O estudo do pesquisador Fernando Luz Brancoli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostra que em países como Canadá, França, Alemanha e Cingapura existem sistemas meritocráticos que avaliam o desempenho dos servidores logo após o ingresso no serviço público - um aspecto sobre o qual o Brasil não conseguiu avançar na gestão pública.

José Celso Junior, secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), disse ao Estadão que o governo tem adotado iniciativas para avaliar o desempenho dos servidores, mas reconheceu o tema como o "mais difícil" de ser implementado. "A avaliação de desempenho é talvez o assunto mais difícil da administração pública. A operacionalização disso é muito complexa e desafiadora em todos os lugares do mundo. Todo mundo concorda que precisa ser feito, mas ninguém achou a fórmula de como fazer", diz.

Segundo ele, a medição do trabalho de cada um não pode ser feita no serviço público da mesma forma como ocorre no setor privado. "As entregas do setor público têm uma natureza coletiva, elas são intangíveis e não dependem de uma pessoa. Por exemplo, vacina no posto de saúde. Quem é o responsável por colocar a vacina certa, no lugar certo, para a população certa e com a doença certa? É difícil individualizar a contribuição."

Em resposta aos apontamentos do estudo, o governo diz que já adota mecanismos de avaliação e melhoria da gestão pública. É o caso da avaliação dos novos servidores ao final de cada ano durante o estágio probatório, que dura três anos, e um programa de formação dos servidores de acordo com a demanda dos órgãos.

Há também um modelo batizado de Programa de Gestão e Desempenho (PDG) com planos de trabalho e entregas para gerir os resultados dos servidores e dos órgãos do governo. Mais da metade dos servidores, porém, não está no programa.

O estudo mostra ainda que Índia, França, Alemanha e China dão estabilidade para os funcionários públicos, como o Brasil, mas nesses países eles só sobem na

carreira e ganham mais se tiverem bom desempenho. Os modelos de avaliação variam e incluem um sistema rígido chinês, em que a promoção a cargos de liderança depende tanto do desempenho administrativo quanto do alinhamento político ao Partido Comunista Chinês.

O caso da Índia chamou mais a atenção de Brancoli. A avaliação da população do país sobre o trabalho dos servidores no sistema bancário, por exemplo, é usada para ajustar o que será cobrado nos próximos concursos. "Entrevistando colegas indianos, fiz essa pergunta: como eu faço para garantir que o servidor vai continuar motivado e trabalhando com afinco? Eles falaram: olha, para a gente é muito óbvio, se ele não fizer isso, ele não sai da base salarial, que não é das melhores", conta o pesquisador.

Brancoli observa que esse debate tem outros obstáculos no Brasil, como a cobrança dos servidores por melhores condições de trabalho para serem avaliados de forma justa. Ele cita o exemplo chinês, que coloca indicadores e metas para os funcionários públicos e esses objetivos são usados para cobrar por melhorias no ambiente de trabalho. "No Brasil, são poucos os espaços no governo federal onde essa avaliação é feita de maneira mais forte. É um jogo burocrático que não é dos mais simples."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC que efetiva agente de saúde tem impacto bilionário

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14, que trata de regras para a contratação e aposentadoria das carreiras dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE).

Segundo o relator da PEC, deputado Antonio Brito (PSD-BA), o custo do projeto, até 2030, é de R\$ 5,5 bilhões. A Confederação Nacional de Municípios, no entanto, calcula um impacto de R\$ 21,2 bilhões nos regimes de prefeituras. O texto agora vai ao Senado.

Conforme a Agência Câmara,

Brito destacou que a PEC "foi elaborada com zelo com o Erário e com o setor social" e "não há qualquer ônus para os subentes federativos". "Nenhum prefeito e governador pagará nada, estará tudo arcado pela União", disse.

Em primeiro turno, foram 446 votos favoráveis à PEC e 20 contrários. Em segundo turno, foram 426 votos a 10. As votações ocorreram com menos de meia hora de diferença, após a aprovação simbólica da quebra de interstício para análise, em uma mesma sessão, do texto em dois turnos.

Antes mesmo do encerramento da votação em primeiro turno, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Repu-blicanos-PB), chegou a dizer que os deputados estavam "extremamente realizados em aprovar" a emenda à Constituição.

Na orientação das lideranças, somente o Novo orientou contra a PEC. A liderança do governo liberou a bancada. As demais lideranças orientaram pela aprovação do texto. A PEC foi chamada à pauta em meio à expectativa para a votação da Medida Provisória Alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras. A MP tem de ser votada ainda hoje, para não caducar.

A PEC foi aprovada em comissão especial na quarta-feira passada, e proíbe a contratação temporária ou terceirizada dos agentes em questão, a não ser em casos de emergência em saúde pública. Segundo a proposta, os servidores terceirizados que participaram de processo seletivo público "serão automaticamente transformados em **servidores públicos**" a partir da publicação do texto. Gestores públicos terão até 31 de

dezembro de 2028 para implementar as regras.

REGRAS. A proposta prevê aposentadoria especial, desde que os agentes de saúde e de combate às endemias comprovem "atuação por 25 anos exclusivamente no efetivo exercício de suas funções" e atinjam uma idade mínima, seguindo uma regra de transição: 50 anos de idade para mulheres e 52 anos de idade para homens, até 31 de dezembro de 2030; 52 anos de idade para mulheres e 54 anos de idade para homens, até 31 de dezembro de 2035; 54 anos de idade para mulheres e 56 anos para homens até 31 de dezembro de 2040; 57 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens, a partir de 01 de janeiro de 2041.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara aprova regime especial para agentes de saúde

Beatriz Roscoe, Giordanna Neves e Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (7), uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda as regras da previdência de **servidores públicos** que atuam como agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O texto, votado em dois turnos, foi apoiado pela ampla maioria dos parlamentares.

De acordo com técnicos em Orçamento, ainda não há uma estimativa precisa do impacto fiscal, pois não foram solicitados os dados oficiais da Previdência. O relator do texto, deputado Antonio Brito (PSD-BA), aponta que esse valor será de R\$ 1 bilhão ao ano, ou R\$ 5,5 bilhões até 2030. Mas, nos cálculos de técnicos consultados pela reportagem, esse montante pode chegar a R\$ 11 bilhões em três anos.

A PEC foi aprovada na comissão especial na semana passada e a maior parte dos líderes defendeu pautar a proposta no plenário nessa terça. O governo se posicionou contra, mas foi vencido e acabou liberando a bancada na hora de orientar a votação. A avaliação foi a de que não seria possível se opor à medida - que tem caráter popular.

O texto veda a contratação temporária ou terceirizada desses profissionais, exceto em casos de emergência em saúde pública, e prevê que as admissões deverão ocorrer por concurso público, com nomeação em cargo efetivo.

Na justificativa da PEC, Brito ressaltou a importância da categoria. Segundo ele, os agentes "atuam diretamente em contato com comunidades, muitas das vezes em áreas de risco social e epidemiológico" e "grande parte destes atua em situações extremamente precárias".

A proposta entrou na pauta no mesmo dia em que o governo tentou aprovar a medida provisória (MP) com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Segundo o relator da MP, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), após concessões, o texto preservou uma arrecadação de R\$ 17 bilhões (ver nesta página). Uma fonte do governo afirmou que enxerga a votação da PEC como uma resistência do Congresso a entregar uma vitória ao governo,

reduzindo a arrecadação do Executivo.

Os agentes de saúde passaram o dia no Congresso em mobilização, pressionando pela votação do texto. Trabalhadores da categoria também assistiram à votação da galeria da Casa.

A PEC determina que a União será responsável por compensar os Estados e municípios pelos custos adicionais gerados pelas novas aposentadorias.

O texto cria um regime especial de aposentadoria com idades menores e tempo mínimo de contribuição e de atividade. A idade mínima é de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens. Além disso, são 25 anos de contribuição e de efetivo exercício na função, e previsão da aposentadoria com integralidade e paridade para quem já está na ativa.

Há uma regra de transição escalonada até 2040 para quem está na ativa, com idades mínimas progressivas, de 50 e 52 anos até 2030, 52 e 54 até 2035, 54 e 56 até 2040, chegando às idades finais de 57 e 60 a partir de 2041, para mulheres e homens, respectivamente.

O texto prevê também a possibilidade de renunciar a aposentadoria atual para recalcular o benefício e obter um valor maior. O tema já foi discutido em 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a prática inconstitucional.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251008>

Receita para o futuro

AMANDA S. FEITOZA

Para conquistar uma posição relevante na economia do futuro, o Brasil tem um dever de casa pela frente. E ele passa por algumas etapas inescapáveis: **reforma tributária**, investimentos em educação, inovação e tecnologia. Esses são alguns dos temas abordados no Festival Curicaca, encontro realizado em Brasília que reúne governo, universidades, setor produtivo e artistas em Brasília.

Na abertura do evento, o vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, fez uma breve descrição do momento econômico. Afirmou que a conjuntura é favorável para o Brasil ampliar exportações e fortalecer acordos internacionais, como os firmados pelo Mercosul.

Alckmin frisou que "nossa disputa é com a Ásia, que tem custo e **impostos** baixos". E observou que "a **reforma tributária** simplifica cinco **tributos** em um e desonera investimentos e exportações".

Segundo Alckmin, por meio da Nova Indústria Brasil, o país está preparado para "retomar a política industrial com foco na competitividade e na geração de empregos".

"Temos que ter uma indústria mais inovadora com universidades, institutos de pesquisa, setor produtivo, todo mundo junto para a gente poder avançar", afirmou Alckmin.

Educação e tecnologia

O ministro da Educação, Camilo Santana, aproveitou o comentário de Alckmin para destacar o papel da educação técnica e profissional no fortalecimento da indústria. "Estamos unindo a Nova Indústria Brasil à educação, à cultura, à tecnologia e à inovação.

Esse é o caminho para construir um país mais justo e desenvolvido", salientou.

Segundo Camilo, a educação vem sendo fortalecida e, para frisar isso, anunciou novos cursos e investimentos em universidades e institutos federais voltados à ciência e à tecnologia. "Vamos ofertar 5 mil novas vagas em cursos de biotecnologia, robótica, engenharia e inteligência artificial. Também abriremos editais para acelerar os núcleos de inovação tecnológica nas universidades.

A meta é criar até 3,5 milhões de novas matrículas em ensino técnico e profissionalizante", observou.

A ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) destacou que a indústria de transformação puxou o crescimento nacional em 2024, após mais de uma década. "Estamos no rumo certo: o rumo da transição energética, da transformação digital.

Esse é o rumo para que a gente possa enfrentar o aquecimento global, às vésperas da COP30, e ter a certeza de que, quando a gente aposta na inteligência, na criatividade do povo brasileiro, a gente vai longe", disse.

Além de Alckmin, Camilo e Luciana, participaram o ministro Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência da República), o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Ricardo Cappelli, e as reitoras Rozana Neves (Universidade de Brasília) e Veruska Machado (Instituto Federal de Brasília).

Cappelli comemorou a iniciativa, que considera pioneira. "A gente espera que, a partir desse festival, a gente também bote mais uma semente para consolidar a política industrial no Brasil", disse, após mencionar o projeto do governo Lula em favor da Nova Indústria Brasil. "A gente não faz país grande, desenvolvido e justo sem uma indústria forte. A gente não faz país vendendo só commodities para implantar produtos de maior valor agregado. E quem faz isso é a indústria", acrescentou.

O Festival Curicaca segue até sábado e debate temas como economia verde, inteligência artificial, biotecnologia, exportações e educação técnica. (Com Agência Brasil)

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/educacao/imprensa/7897/08-10-2025.html?all=1>

Comissão aprova MP sem aumento de impostos a bets

A comissão mista da Medida Provisória que aumenta **impostos** para elevar a arrecadação aprovou ontem, por diferença de um voto, o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que poupou as bets (casas de apostas) de aumento de tributação e desidratou a proposta original do governo Lula como forma de conseguir alcançar maioria dos votos.

O placar foi de 13 a 12 a favor da proposta, após dias de negociação entre deputados, senadores e o governo. Até última atualização desta edição, o texto na Câmara dos Deputados ainda não havia sido votado, conforme previam parlamentares. A votação no Senado ficaria para hoje.

Na votação, o relator decidiu aumentar o imposto sobre aplicações financeiras e investimentos para 18% - acordo com a base aliada de Lula para aprovar a proposta.

A intenção do governo era unificar a alíquota em 17,5%. Hoje essa taxa é variável, entre 15% e 22,5%, a depender do tempo de manutenção do investimento.

Quanto mais tempo o investidor mantiver o ativo, menor o imposto.

Agora, a proposta é elevar para 18%, após acordo para que a Juros sobre Capital Próprio (JPC), utilizado pelas grandes empresas para tomarem crédito mais barato, ser aumentada também para 18%.

Atualmente, a JCP é tributada em 15%, mas o governo queria elevá-la para 20%. Boa parte da arrecadação prevista (R\$ 15,85 bilhões entre 2026 e 2028) viriam dessa medida.

Com ampla resistência entre parlamentares, a votação da proposta na comissão foi adiada quatro vezes desde que o relator apresentou seu parecer no último dia 24. A MP ainda precisa ser aprovada nos plenários da Câmara e do Senado Federal até hoje, ou perde a validade (Da Folhapress).

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldeb/brasil/>

Limites políticos para o ajuste fiscal - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Mais uma vez, o Congresso Nacional mostra que há limites políticos para o ajuste fiscal. Embora o corte de gastos tributários seja tema da moda, o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) para a Medida Provisória (MP) 1.303/2025 preservou uma renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões existente nos títulos privados isentos do Imposto de Renda, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Letras de Crédito Imobiliárias (LCIs).

A MP propunha uma taxa de 5%, inferior aos 17,5% que serão cobrados nas demais aplicações financeiras. Zarattini manteve a isenção. Além disso, o relator recuou na proposta de aumento da taxa das bets.

Com isso, a proposta foi "desidratada" e deverá produzir em 2026 cerca de R\$ 17 bilhões. A previsão original era de R\$ 20,9 bilhões. A perda é relativamente pequena porque a taxa só alcançaria os títulos novos, e não o estoque. Mas o recuo no fim da isenção mantém um tratamento privilegiado que tem gerado distorções no mercado. O mercado desses papéis cresceu a ponto de competir com o Tesouro Nacional na emissão de títulos da dívida pública.

No total, a isenção dos títulos é do tamanho do programa seguro-desemprego, comparou o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto. Enquanto o mercado cobra do governo a redução de gastos, um benefício tributário caro e regressivo como esse é preservado, acrescentou.

O agro e as bets são exemplos de setores bem articulados no Congresso Nacional, capazes de barrar propostas que os façam pagar mais **impostos**. Isso coloca uma dúvida sobre o passo seguinte a ser empreendido pelo governo.

Para repor a perda da ordem de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões na MP, a aposta da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é cortar gastos tributários, ou seja, outras isenções de **impostos** e contribuições.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 182/2025,

apresentado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), contém a proposta elaborada pelo Ministério da Fazenda de cortar, de forma linear, 10% das renúncias fiscais. São preservados os benefícios protegidos pela Constituição, como Simples e Zona Franca.

Além dos setores potencialmente atingidos, mobilizam-se contra a proposta as empresas que declaram Imposto de Renda pelo regime de lucro presumido, que terão aumento de carga.

Questionado em entrevista ao Valor sobre essa pauta, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o corte de gastos tributários é prioridade. Mas não mencionou o projeto de Guimarães. Apontou para outras duas proposições que tramitam no Congresso, uma de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) e outra do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE). O de Amin estabelece a avaliação dos benefícios, mas não faz cortes.

O de Benevides determina uma redução de 10%, mas deixa a critério do Executivo a forma como essa economia será alcançada.

"A priori, o que está colocado é mexer apenas em projeto de lei. A partir disso, quais setores serão afetados? Onde está a maior fatia do gasto tributário? Temos que fazer esse diagnóstico e, então, o Congresso se debruçar sobre o corte", disse Motta.

É uma discussão que dificilmente seria concluída neste ano, algo necessário para gerar efeitos na arrecadação em 2026, se o benefício envolver o Imposto de Renda.

Assim, a tendência é a abertura de um pequeno buraco na arrecadação prevista para 2026, incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). As discussões no Congresso convergem para a peça orçamentária, disse Pinto.

"Acho que vai ter uma discussão com a sociedade do que tem de cortar para cumprir o arcabouço fiscal que foi proposto e que foi aprovado pelo Parlamento", disse o secretário.

O mesmo foi dito pelo ministro da Fazenda, Fernando

Haddad, após uma reunião com líderes do Senado na tarde de ontem. Ele falou em fazer pequenos ajustes no Orçamento em função dessa perda de receitas.

Não é preciso ir muito longe para encontrar outros exemplos de propostas de ajuste fiscal elaboradas pelo Executivo que foram barradas pelo Congresso Nacional. O pacote de medidas formulado no fim do ano passado para dar sobrevida ao arcabouço fiscal continha um dispositivo que obrigava o governo a mirar no centro da meta fiscal para, a cada bimestre, definir eventuais congelamentos de despesas. Hoje, os técnicos buscam o limite inferior da margem de tolerância porque entendem que a lei assim determina. A diferença entre os dois pontos de mira é de R\$31 bilhões neste ano. A proposta que embutia maior rigor foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

No mês passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) entendeu que o governo deve, sim, mirar o centro da meta, e não o limite inferior da margem de tolerância. Como essa decisão será tratada é algo que se discute no âmbito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Esses episódios mostram que interesses estabelecidos no Congresso Nacional são empecilhos poderosos ao ajuste fiscal, ainda mais para um governo com base parlamentar instável.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Mais otimista, Banco Mundial mantém previsão para PIB

Jéssica SantAna De Brasília

O Banco Mundial manteve em 2,4% e em 2,2% a sua estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2025 e 2026, respectivamente.

Os valores são os mesmos divulgados em junho deste ano. Para 2027, a projeção é que a economia brasileira avance 2,3%.

Os dados constam no Relatório Econômico da América Latina e Caribe (ACL), divulgado na terça-feira (7) pela entidade.

A projeção do Banco Mundial para o Brasil está mais otimista que a do mercado financeiro, que, pela projeção mediana do Focus de segunda-feira (6), espera alta de 2,16% do **PIB** em 2025, de 1,80% em 2026 e de 1,90% em 2027. Também é mais otimista que a estimativa do Banco Central (BC), que espera que o **PIB** avance 2% neste ano e 1,5% em 2026, de acordo com o Relatório de Política Monetária relativo ao terceiro trimestre do ano.

Já o Ministério da Fazenda projeta que a economia crescerá 2,3% neste ano e 2,5% no próximo, numa projeção mais próxima da do Banco Mundial.

Mesmo mais otimistas, os números do Banco Mundial, se confirmados, representam uma desaceleração da economia frente ao crescimento de 3,2% do **PIB** em 2023 e de 3,4% em 2024. Essa desaceleração, contudo, já era esperada, devido à taxa de juros restritiva, num esforço do BC de trazer a **inflação** para a meta.

William Maloney, economista-chefe para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial, afirma que, para crescer mais rápido que o ritmo projetado, é preciso que o Brasil invista mais em educação e infraestrutura. Ele citou como bom exemplo a ser seguido o case do Estado do Ceará no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). "É algo que todo o país, na verdade, a região [da América Latina] precisa olhar para aumentar a qualidade da educação."

Maloney explicou que o impacto do tarifaço americano no desempenho da economia brasileira deve ser menor que o esperado. "O que eu diria é que a subida

de 40% nas tarifas [para 50%] não é tão perigosa quanto se pensa. O Brasil tem cerca de 12% das suas exportações para os EUA e cerca de metade desse percentual está coberta por uma tarifa de 50%", afirmou o economista, em coletiva de imprensa.

"O Brasil tem sido muito bom em diversificar [suas exportações] para outros mercados, mas, sim, há um impacto [do tarifaço sobre a economia brasileira]. Mas o impacto geral no Brasil provavelmente será um pouco menor do que esperávamos", completou o especialista.

Sobre o projeto de lei do Imposto de Renda (IR), aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, o economista afirma que a adoção de um imposto mínimo sobre as altas rendas no Brasil é um passo na direção correta. Por outro lado, o aumento da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês não vai beneficiar os mais pobres, porque eles já não pagavam imposto antes. Atualmente, quem ganha até dois salários mínimos por mês, ou R\$ 3.036, não paga IR.

Ainda sobre o tema de tributação, ele pontuou que os **impostos** corporativos no Brasil são bem altos, o que tem impacto na atração de investimentos. "Quando pensamos em nos conectar às cadeias de valor globais e atrair investimentos estrangeiros, esse sinal é visto."

Para ele, o país precisa analisar, do ponto de vista tributário, a questão da equidade, mas também não se descuidar do impacto dos **impostos** sobre o investimento. "Acho importante analisar as considerações de equidade, mas também é importante pensar no impacto sobre o investimento e sobre o empreendedorismo, que são os motores do crescimento."

No relatório, o Banco Mundial destaca que a maioria dos países da América Latina e do Caribe continua na trajetória para atingir suas metas de **inflação** até 2026, movimento acompanhado de uma queda na taxa dos juros, à exceção do Brasil.

"Embora as expectativas inflacionárias sigam ancoradas, o aumento dos custos trabalhistas no setor de serviços tem causado uma **inflação** estrutural persistente em algumas das principais economias

desde o primeiro trimestre de 2025, em que as políticas de taxas básicas de juros, em geral, têm caído mais lentamente", diz a instituição, no relatório.

No curto prazo, o banco observa que a redução de 0,25 ponto percentual nas taxas de juros realizada pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) em setembro reflete "um esforço de equilíbrio entre a desaceleração da atividade econômica e as pressões inflacionárias", enquanto o Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra mantiveram suas taxas de juros inalteradas. "Assim, as autoridades locais da América Latina e do Caribe continuarão limitadas em sua capacidade de reduzir ainda mais as taxas de juros devido ao risco de fuga de capitais", diz trecho do relatório.

O banco também observa que o ambiente externo continua desafiador para os países da região, com a queda da demanda global e dos preços das commodities.

O relatório destaca, ainda, que a dívida pública permanece elevada na América Latina e no Caribe. "O ritmo mais lento de flexibilização monetária nas economias avançadas mantém os custos de serviço da dívida altos e o crédito caro, o que reduz ainda mais o investimento, a geração de empregos e o crescimento da produtividade."

Reflexo da dívida alta é a falta de espaço fiscal entre os países da região, o que reforça a necessidade de "melhorar a eficiência do gasto público, bem como de repensar as formas como os governos arrecadam receitas para gerar recursos destinados a investimentos em desenvolvimento".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Tarifaço tem efeito retardado, e comércio global cresce (Editorial)

O tarifaço do presidente Donald Trump terá efeito retardado e poderá mostrar seu poder destrutivo no ano que vem. O relatório da Organização Mundial de Comércio divulgado ontem revisou drasticamente suas previsões e estima agora que o comércio global avançará 2,4% este ano, ante 0,9% da previsão de abril, com movimento inverso no ano que vem, com expansão de 0,5% ante 1,8% na estimativa anterior. Vários fatores explicam o efeito diluído do choque tarifário americano. A ausência de retaliação dos demais países é um deles, a gigantesca movimentação de bens provocada pelos investimentos vultuosos em Inteligência Artificial é outro, ao lado do rápido crescimento das trocas entre os países emergentes.

Se os EUA representam cerca de 22% de importações e exportações mundiais, o resto do mundo seguiu crescendo em ritmo mais que suficiente para amortecer o impacto das tarifas unilaterais americanas. Para o efeito das estatísticas do ano, o primeiro semestre mostrou que as encomendas preventivas feitas pelos importadores americanos, e o rápido aumento das exportações para supri-las, especialmente da Ásia (e nela, da China) fizeram com que o volume de mercadorias global subisse 4,9% no primeiro semestre, bem acima dos 2,8% do mesmo período de 2024. Em dólares, houve aumento de 6%, o triplo do ritmo do ano anterior (2%).

A formação de estoques americanos, mais o fato de as tarifas "recíprocas" só terem começado de fato a vigorar a partir da metade de julho, foram também determinantes para retardar os efeitos das barreiras protecionistas dos EUA. Segundo a OMC, enquanto estoques formados para atender a choques de demanda tendem a escoar rapidamente, os acumulados para atender choques de oferta, como é o caso agora, são desovados mais lentamente, o que significa que os efeitos da taxaço de importações ainda não foram plenamente sentidos.

O tarifaço irrompeu em um cenário favorável ao comércio internacional. Segundo a OMC, a **inflação** em queda, salários em alta e déficits fiscais elevados nos países desenvolvidos impulsionaram as trocas mundiais. A boa performance dos emergentes, incluindo Brasil, fez com que o comércio Sul-Sul aumentasse 8% em valor, e 9% se a China for excluída. Ásia e África serão os destaques nas

exportações globais, com avanço previsto de 5,3% no ano, seguido pela América do Sul (2,4%). A África vai liderar em importações (11,8%) e, depois, a América do Sul (8,8%).

Naturalmente, a América do Norte (leia-se EUA) lidera o declínio das importações, com -4,9% e -5,8% neste e no próximo ano, uma consequência esperada, menos, talvez, para Donald Trump, que espera conter o déficit fiscal adicional provocado pela diminuição dos **impostos** sobre empresas e pessoas de alta renda com as receitas provenientes de tarifas, que decrescerão. Os EUA perderão competitividade com o protecionismo: a previsão para as exportações também é de queda: 3,1 % e 1 % em 2025 e 2026.

Trump pretende resolver o problema do déficit americano de mercadorias (é superavitário em serviços) com tarifas, quando o país consome mais do que poupa, uma das causas do crônico resultado negativo. Um exercício feito pela OMC aponta que para estancar o déficit comercial atual seria preciso que a taxaço subisse 45 pontos percentuais (a tarifa média após tarifaço gira em torno de 17,5%). Um ajuste global entre países superavitários e deficitários de 2,5% de crescimento da poupança nos EUA e decréscimo em outros países da Ásia e Europa - teria o mesmo efeito que a muralha tarifária, ainda que outros fatores interajam para provocar os resultados negativos americanos.

A mais interessante explicação para a resistência do comércio global, porém, foi a explosão das trocas relacionadas à Inteligência Artificial (semicondutores, servidores, equipamentos de telecomunicações etc). Cem linhas tarifárias desses produtos movimentaram US\$ 1,92 trilhão na primeira metade do ano (US\$ 1,61 trilhão em 2024). Nesse período, "46% do avanço do comércio global em valor foi puxado por produtos relacionados à IA, que constituem só 15% das trocas totais", relata a OMC. A expansão ocorre em todas as regiões e não é impulsionada apenas pela guerra comercial de Trump contra o mundo, mas "representa uma ampla onda de investimentos em infraestrutura digital".

Essa onda atingiu também a América do Sul, segundo o estudo, com aumento de importações em equipamentos de computação e de nuvem "particularmente no Brasil e no Chile, onde os

provedores de serviços de nuvem estão ampliando seus hubs regionais".

O alvo principal de Trump, a China, teve bom desempenho. O volume de exportações do país cresceu 12% na primeira metade do ano, um resultado muito acima de seu **PIB**. Boa parte da expansão ocorreu por aumentos de vendas à Ásia. A região, com peso determinante da China, viu as transações relacionadas à IA crescerem 19% no primeiro trimestre e 25,2% no segundo. Com performance ainda forte, Pequim consegue progredir sem enormes prejuízos (até agora) mesmo após ter sido o único governo a retaliar as exportações dos EUA.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Tarifas de Trump não vão criar mais empregos (Artigo)

Por Martin Wolf

Martin Wolfe editor e principal comentarista econômico do "Financial Times".

Será que as políticas comerciais protecionistas de Donald Trump atingirão os objetivos que seus eleitores esperam? A resposta é: não. O mais importante dos objetivos tem sido criar um grande número de empregos no setor industrial. Essa é a promessa feita aos trabalhadores da indústria e às áreas devastadas onde muitos deles vivem. Infelizmente, ela é uma promessa enganosa. Trump governa em benefício próprio, mas também da plutocracia que muitos desses eleitores responsabilizam, com alguma razão, pela sua situação.

Robert Lawrence, da Kennedy School da Universidade Harvard e do Peterson Institute for International Economics, fez as contas no artigo "Fechar o déficit comercial mal aumentaria a fatia do emprego industrial nos EUA", publicado em junho. Ele se pergunta quanto emprego adicional seria criado se o déficit comercial na indústria fosse eliminado pelo protecionismo de Trump. Como os déficits são uma obsessão de Trump, essa é a pergunta certa a se fazer.

O ponto de partida nos cálculos é separar o valor agregado do valor bruto das vendas, pois é a produção do valor agregado que cria empregos. Assim, se um automóvel fabricado nos EUA substituísse um importado no valor de US\$ 30 mil, o valor agregado nos EUA (excluindo insumos não industriais, como matérias-primas) seria de cerca de US\$ 15 mil. Em 2019, as exportações brutas de bens manufaturados dos EUA foram de US\$ 820,1 bilhões e as importações brutas foram de US\$ 1,605 trilhão, deixando um déficit de US\$ 785,3 bilhões. Mas o valor agregado nas exportações americanas foi de apenas US\$ 456,7 bilhões, enquanto o valor agregado estrangeiro contido nas importações americanas foi de US\$ 860,5 bilhões. Assim, o déficit em termos de valor agregado foi de US\$ 403,8 bilhões, pouco mais da metade do tamanho do déficit bruto. Essa proporção, observa o autor, parece bastante estável.

Em suma, observa Lawrence, o valor agregado líquido correspondente ao déficit comercial em bens manufaturados em 2024 representava 21,5% da produção industrial dos EUA. Esse seria o aumento no

valor produzido internamente se o déficit comercial fosse eliminado. Mas quantos empregos isso geraria? O número seria de 2,8 milhões de postos de trabalho, o que elevaria a participação da indústria no total de empregos dos EUA em apenas 1,7%, para 9,7% dos empregos totais. Mas a parcela dos trabalhadores da produção (operários, técnicos de chão de fábrica etc.) na indústria dos EUA, neste caso, é de apenas 4,7%, sendo os outros 5 pontos percentuais compostos por gerentes, contadores, engenheiros, motoristas, vendedores e assim por diante. O aumento no número de empregos dos chamados trabalhadores manuais seria de apenas 1,3 milhão, o equivalente a 0,9% do total de empregos nos EUA. Em outras palavras, a montanha das tarifas de Trump pode até funcionar, mas produzirá apenas um rato.

Essas estimativas são aproximadas - e, ainda assim, otimistas. A menos que haja uma mudança na relação entre a produção e o consumo, o déficit comercial não diminuirá em nada. A principal fonte interna de demanda que sustenta os déficits externos é o déficit fiscal. Portanto, uma condição necessária para um déficit externo menor, especialmente em uma economia próxima do pleno emprego (e que, ao mesmo tempo, expulsa trabalhadores e impede a entrada de novos) seria um orçamento federal mais apertado. Até o momento, porém, o efeito líquido das tarifas e do chamado "Projeto de Lei Grande e Belo" sobre o déficit fiscal parece ser praticamente nulo. Além disso, se o déficit externo fosse eliminado, os EUA gastariam menos e se sentiriam mais pobres.

Pior ainda: tarifas são um imposto sobre bens. Em geral, pessoas mais pobres gastam relativamente mais com bens do que as ricas. Portanto, as tarifas são regressivas. O Projeto de Lei Grande e Belo também é regressivo, tanto em **impostos** quanto em gastos. Como Paul Krugman enfatiza, os cortes no apoio ao seguro-saúde que desencadearam a paralisação do governo federal atingirão exatamente as pessoas que as tarifas de Trump deveriam ajudar. Isso é populismo para plutocratas.

Outro especialista em comércio, Richard Baldwin, do IMD em Lausanne, acrescenta que o que Trump está tentando implementar é exatamente a industrialização por substituição de importações em larga escala, estratégia que muitos países em desenvolvimento - notadamente a Índia e boa parte da América Latina -

tentaram e depois abandonaram décadas atrás. Eles desistiram porque não funcionou. Os setores protegidos não conseguiram alcançar aqueles expostos à competição global e mais aptos a explorar os mercados internacionais: ficaram ainda mais para trás. Com o tempo, o mesmo provavelmente ocorrerá com os EUA, especialmente diante do repúdio à ciência e do abandono da energia limpa. O protecionismo de Trump é um crime e uma tolice.

Como disse o antigo filósofo Heráclito, não se pode entrar no mesmo rio duas vezes. A nostalgia não é uma estratégia: o passado não tem volta. Como observei em novembro passado, será impossível recuperar os empregos industriais perdidos. A participação do emprego na indústria caiu até mesmo em países com enormes superávits comerciais. Nos países ricos, a demanda por bens manufaturados cresce relativamente devagar, porque as pessoas desejam serviços, enquanto a tecnologia reduz a necessidade de trabalhadores na produção. A longo prazo, esses empregos serão, quase certamente, quase todos ocupados por robôs.

Não há dúvida de que a desindustrialização criou grandes problemas sociais e políticos. De fato, se compararmos a queda das oportunidades na indústria para homens com menor escolaridade com o aumento da participação da população com ensino superior, podemos identificar um motor do populismo de direita atual. Trump e outros como ele estão entre as consequências. Eles têm sido bastante habilidosos em explorar os ressentimentos dos "deixados para trás" contra aqueles que Thomas Pikety e outros chamam de esquerda "brâmane".

A tragédia é que os populistas não oferecem soluções. Eles simplesmente exploram a raiva e a frustração das classes trabalhadoras em declínio, em benefício próprio e de plutocratas egoístas. O protecionismo tolo de Trump é a ilustração perfeita desse comportamento.

Como observou HL Mencken: "Sempre existe uma solução para todo problema humano - elegante, plausível e errada". As tarifas são o exemplo supremo dessa falsa solução. Pessoas sensatas precisam agora encontrar uma alternativa muito melhor. (Tradução de Mário Zamarian)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Mercado vê mais distorções e desafios ao Tesouro com MP que substitui alta do IOF

Victor Rezende e Gabriel Caldeira

O temor dos participantes do mercado sobre os efeitos na dívida pública da medida provisória (MP) 1.303, que substitui o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), foi reforçado ontem. Com a manutenção de boa parte das isenções e o aumento da taxa de títulos públicos de longo prazo para 18%, prevaleceu entre os agentes financeiros a percepção de que a medida tende a ampliar as já existentes distorções no mercado e pode gerar desafios adicionais ao Tesouro Nacional na rolagem da dívida no médio prazo.

Há, no geral, uma sensação entre os participantes do mercado de que os títulos públicos podem ser deixados em segundo plano, principalmente os de longo prazo, que, assim, teriam de pagar um prêmio ainda mais alto para atrair os investidores.

"A MP 1.303 começou tentando endereçar a falta de isonomia entre os produtos incentivados e os tributados, mas, do jeito como está hoje, ela aumenta a distorção", enfatiza Gustavo Pessoa, sócio e gestor de renda fixa da Legacy Capital. "Ela aumenta os **impostos** sobre os produtos que já pagam e os que não pagam continuam isentos. A distorção no mercado entre os produtos aumenta."

O apontamento do gestor vem do fato de a medida manter as isenções para alguns produtos financeiros, como debêntures incentivadas, LCI, LCA, CRI e CRA. Além disso, a proposta muda a tributação dos títulos públicos - um dos pontos de maior apreensão entre participantes do mercado.

"Do olhar do investidor, para as pessoas investirem em prazos mais longos, há uma menor previsibilidade. Você está tirando a 'escadinha' de 22,5% para 15% e deixando tudo em 18%. Isso aumenta imposto para o investidor de longo prazo e reduz para o investidor de curto prazo. É péssimo para atrair investimentos mais longos. Isso afugenta o comprador da dívida longa do Tesouro", afirma Pessoa, ao notar que, assim, o próprio Tesouro Nacional se torna o principal alvo do projeto que tem até hoje para ser aprovado no Congresso.

Em condição de anonimato, alguns participantes do mercado apontaram ao Valor que, em conversas com

integrantes do Tesouro Nacional, expressaram preocupação com a proposta e seus efeitos sobre a rolagem da dívida. De acordo com as fontes, o receio sobre as implicações da medida sobre a dívida foi recíproco.

Já nos dias atuais, Pessoa observa que o Tesouro não tem conseguido rolar a dívida da forma como gostaria diante de uma maior competição com papéis incentivados, que têm taxa zero. "Para se ter ideia, no ano passado, a emissão de títulos incentivados (debêntures, CRIs e CRAs) foi maior do que a de NTN-Bs. O Tesouro já não está conseguindo rolar a dívida da forma como gostaria"

Neste ano, houve uma aceleração relevante das emissões de NTN-Bs pelo Tesouro. O mercado, contudo, passou a operar com distorções relevantes. Em setembro, inclusive, o aumento da demanda pelos papéis incentivados levou as debêntures de infraestrutura a operarem no mercado secundário com taxas inferiores às das NTN-Bs. O índice IDEX-Infra, elaborado pela JGP, encerrou o mês de setembro com um spread negativo de 22,5 pontos-base (0,225 ponto percentual) em relação aos títulos públicos.

Na sessão de ontem, inclusive, houve um estresse no mercado de juros reais, com uma alta relevante das taxas das NTN-Bs ao longo de todos os trechos da curva. "Participantes do mercado já precificam um custo de captação maior para o Tesouro, já que a medida amplia ainda mais a distorção entre instrumentos isentos e títulos públicos, tornando os papéis incentivados ainda mais atraentes para se manter em carteira", nota o trader da tesouraria de um grande banco local.

Entre os vencimentos de médio prazo, a taxa da NTN-B para 2029 subiu de 8,113 para 8,170%; e a da NTN-B para 2035 avançou de 7,661% para 7,709%. Nos papéis ultralongos também houve alta relevante: a taxa da NTN-B para 2050 subiu de 7,274% para 7,328%.

"O Tesouro não está conseguindo se financiar da maneira como gostaria por conta dessa distorção. E, como a lei aumenta a distorção, antevemos que a situação do Tesouro poderá piorar, com um aumento dos prêmios exigidos pelos títulos longos", diz Pessoa, ao lembrar que a dívida brasileira já tem um prazo

médio bem curto - de 3,98 anos na dívida mobiliária interna, de acordo com dados de agosto do Relatório Mensal da Dívida do Tesouro.

As preocupações de Pessoa são compartilhadas pelo economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, para quem a proposta deve aumentar ainda mais as distorções do mercado. "Vai piorar. Diferente do que o governo e a equipe econômica têm dito, de que a proposta era para corrigir as distorções, isso será ampliado O Tesouro vai ter de pagar muito mais prêmio", alerta o profissional.

Para o economista, os possíveis efeitos nos preços dos ativos financeiros foram minimizados, já que a MP deve aumentar a arrecadação federal no curto prazo. E, nesse sentido, Barros avalia que é possível que a preocupação com o prêmio que o Tesouro terá de pagar a mais para emitir os títulos tenha ficado em segundo plano.

"Isso cria um problema enorme no médio e longo prazo, bate no prêmio de rolagem dos títulos Mas, para o governo, parece ser um problema menor dado o foco no curto prazo, o que ajudaria a empurrar mais à frente o debate sobre uma mudança da meta fiscal", afirma o economista da ARX.

Na visão de Fabio Landi, sócio e gestor da Adam Capital, as mudanças propostas na MP 1.303 contribuem para as distorções presentes nos mercados de dívida pública e privada do Brasil. "Sem dúvida nenhuma, a partir do momento em que há isenção para alguns instrumentos e outros são tributados, o mercado vai seguir distorcido", enfatiza o profissional.

Ele ressalta ainda os impactos fiscais da medida, que foi desidratada desde que as discussões em torno da pauta começaram. Além da manutenção de isenção para títulos incentivados (LCI, LCA, debêntures, CRI e CRA), foi retirado o aumento da tributação sobre empresas de apostas esportivas (bets).

Nos cálculos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a projeção para a arrecadação da medida, da forma como foi apresentada pelo relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), é de R\$ 17 bilhões em 2026.

"É uma MP que frustra na parte de arrecadação e agrava, sim, a questão fiscal", avalia Landi, que ressalta o momento atual já bastante frágil das contas públicas. "A MP é desidratada em um contexto em que os gastos (do governo) continuam fortes, validados pelo bom momento que a popularidade do presidente Lula passa", observa o gestor da Adam.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

As lições da Suécia no mercado de capitais

Se dois dos principais benefícios de ser a bolsa de valores que abriga as ações de uma grande empresa britânica são a receita tributária que ela gera por meio do imposto do selo (a taxa de registro da transferência de ações) e o prestígio da listagem em si, então o grupo farmacêutico AstraZeneca acaba de desferir mais um golpe humilhante contra Londres como centro financeiro.

Além da humilhação simbólica, a decisão da maior empresa britânica com ações em bolsa de transferir sua listagem para Nova York e deixar apenas a negociação dos depósitos dos papéis na bolsa de Londres custará ao Tesouro do Reino Unido uma perda de 200 milhões de libras em arrecadação de imposto de registro da transferência de ações (que não incide sobre os títulos que representam direitos sobre ações listadas em outros países).

A bolsa britânica se apega à esperança de que ainda pode haver um lado positivo para a liquidez em Londres em teoria, sem a cobrança do imposto sobre o registro da transferência de ações, o volume de negociação da Astra-Zeneca poderia aumentar. Mas o mais provável é que uma transferência completa para a bolsa de Nova York atraia mais liquidez para o outro lado do Atlântico.

A tendência geral não é diferente. A moda de transferir a negociação de ações da Europa, em particular de Londres, para Nova York tem se acelerado. O dinheiro captado por meio de novas listagens em Londres está no nível mais baixo dos últimos 30 anos.

É instrutivo levar em conta a muitas vezes negligenciada terceira perna do trio de listagens da AstraZeneca: o grupo também mantém um papel negociado na Nasdaq de Estocolmo. Embora o volume negociado lá seja apenas uma fração do que é negociado em Londres ou Nova York, a manutenção dessa listagem - uma relíquia da herança parcialmente sueca do grupo - é reveladora.

Em termos gerais, a bolsa de Estocolmo - e, de modo mais amplo, o enfoque sueco sobre a cultura de ações do país - têm muito a ensinar ao Reino Unido. Ao longo de um período de 50 anos, uma sucessão de políticas tributárias, lançamentos de planos de previdência e inovações em produtos de investimento impulsionou uma cultura de ações vibrante no país. De acordo com a associação de gestão de fundos Fondbolagens förening, o investimento em fundos é mais popular na Suécia do que em qualquer outro lugar do mundo, e 8

em cada 10 suecos investem em fundos.

Um mercado de fundos de pensão florescente oferece investidores-âncora preparados para ofertas públicas iniciais suecas. A liquidez do mercado também é sustentada por um investimento direto de varejo muito disseminado, em grande parte canalizado por meio da ISK (Conta Poupança de Investimento), um veículo de investimento com eficiência tributária que prevê um volume anual de investimentos isentos de **impostos** equivalente a 150 mil coroas suecas (614 mil). É algo mais ou menos similar à Conta Poupança Individual (ISA) britânica, mas sem a opção de poupar em dinheiro. De acordo com a OCDE, no fim de 2023 havia 3,8 milhões de titulares de contas poupança de investimento, em uma população de 10,6 milhões.

Os retornos também têm sido impressionantes, em especial no longo prazo. Nos últimos anos, o mercado dos EUA pode ter sido o vencedor absoluto em comparação com o resto do mundo, graças ao seu domínio da tecnologia. Mas os números da Nasdaq sugerem que, ao longo dos últimos 50 anos ou perto disso, os retornos suecos superaram de fato os de qualquer outro grande mercado, gerando um retorno total de 8,2%, em comparação com 5,9% nos EUA e 5,8% no Reino Unido.

Nada disso é novidade para os formuladores de políticas do Reino Unido e da União Européia (UE), que estão dolorosamente conscientes do exemplo sueco. O

relatório marcante de Mario Draghi sobre a competitividade europeia, publicado há um ano, instava a UE a incentivar o investimento no mercado de ações das poupanças das famílias, equivalentes a 1,4 trilhão anuais, e citava a Suécia como o padrão de excelência. A Europa precisa convencer seus cidadãos a abandonarem a prudência de guardar dinheiro debaixo do colchão.

A Suécia não é imune à atração das avaliações de preço mais altas nos EUA. A provedora de crédito

sueca Klarna, conhecida por oferecer a opção de "compre agora e pague depois", decidiu ter suas ações negociadas em Nova York apenas no mês passado. O serviço de strea-

Listagem da AstraZeneca em NY representou golpe humilhante para a bolsa de Londres

ming de música Spotify tinha feito a mesma coisa em 2018.

Mas a atração do mercado sueco perdura. Basta perguntar ao grupo de segurança suíço-sueco Verisure, de propriedade da Hellman Friedman, que na semana passada anunciou que seu objetivo era uma capitalização de mercado de até 6 13,9 bilhões em uma listagem em Estocolmo, depois de ter rejeitado uma oferta da bolsa de Londres. A Verisure deve ser a maior estreia de mercado da Europa desde a Porsche, em 2022.

A vingança de Londres pode vir no início do ano que vem, se o grupo rival de private equity HG prosseguir com os planos de abrir o capital do grupo norueguês de software Visma em Londres, e não na bolsa escandinava. Mas nesse meio tempo o Reino Unido precisa fazer muito mais para polir suas credenciais - aproveitando a proposta de isenção do imposto de registro para novas ofertas públicas iniciais para reformular todo o antiquado sistema do imposto do selo c seu tratamento penal para as

compras de ações por empresas do Reino Unido. As regras da ISA precisam ser mais rigorosas para dar um incentivo adicional ao investimento em ações em vez de ao dinheiro. Sem recorrer a imposições desagradáveis, os fundos de pensão devem ser incentivados a investirem ações do Reino Unido.

Quando a maior empresa com ações negociadas em bolsa do Reino Unido envia osinal que enviou nasemana passada, todos os que têm um interesse na prosperidade futura do país devem prestar atenção.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

STJ decide que consórcios de empresas podem responder por dívida tributária

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os consórcios de empresas, embora não tenham personalidade jurídica própria, estão aptos a responder por dívida tributária. O entendimento foi firmado pela 2ª Turma, por unanimidade, e uniformiza a jurisprudência dos colegiados de direito público sobre o tema-a 1ª Turma já havia julgado no mesmo sentido.

Os consórcios são associações entre empresas para execução de um determinado empreendimento, formados de acordo com as disposições da Lei nº 6404, de 1976 (Lei das S/A). Segundo o parágrafo I do artigo 278 da norma, eles não têm personalidade jurídica, e as consorciadas só se relacionam nas condições previstas no contrato, sem que haja presunção de solidariedade.

O caso julgado pela 2ª Turma do STJ envolve um consórcio de duas empresas de engenharia, EBE e Alusa, que prestavam serviços para a Petrobras, em Pernambuco. Ele foi responsabilizado pela Fazenda Nacional por uma cobrança que em 2014 já ultrapassava R\$ 3 milhões, referente à contribuição previdenciária.

Em primeira instância, o juízo entendeu que o consórcio era responsável pela dívida cobrada. No Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), no entanto, a sentença foi reformada. A 1ª Turma do TRF entendeu, em 2016, que só quem tenha personalidade jurídica pode ser sujeito passivo de obrigações tributárias.

Para os ministros do STJ, no entanto, embora o consórcio não tenha personalidade jurídica, tem "personalidade judiciária" e, dessa forma, pode ser alvo de execução fiscal para a cobrança de imposto.

No centro da discussão está o artigo 126 do Código Tributário Nacional (CTN), que prevê que pode ser alvo de cobrança tributária a pessoa jurídica regularmente constituída, "bastando que configure uma unidade econômica ou profissional".

A defesa do consórcio, a cargo de Sérgio Grama, do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados, argumentou que esse dispositivo não permite a responsabilização do consórcio. "A capacidade tributária depende de ser uma pessoa jurídica, enquanto o consórcio não tem essa característica por

expres-

sa previsão legal", afirmou o advogado em sustentação oral.

A 2ª Turma, porém, discordou da argumentação. Acompanhando o relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, os ministros entenderam que basta a personalidade judiciária para justificar a responsabilização tributária dos consórcios.

O ministro citou, como corroboração ao entendimento, o artigo 75, inciso IX do Código de Processo Penal (CPP), que prevê que as sociedades e associações sem personalidade jurídica podem ser representados judicialmente por pessoa a quem coubera administração dos bens.

Além disso, de acordo com ele, a inclusão no polo passivo da execução fiscal estaria respaldada pela Lei nº 12.402, de 2011. No artigo I, parágrafo I, ela diz que o consórcio que contratar pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem vínculo em-pregatício, "poderá efetuar retenção de **tributos** e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, ficando as empresas consorciadas solidariamente responsáveis" (REsp 1647368).

Segundo explicou o advogado ao Valor, a previsão é uma possibilidade, não um dever dos consórcios. Ele afirma que os ministros deixaram de considerar "o fato de eles não possuírem personalidade jurídica", conforme expresso na Lei das S/A.

A 1ª Turma já tinha adotado o mesmo entendimento em março deste ano, ao assentar que "o consórcio constituído sob o regime da Lei

nº 6.404/1976, ainda que não goze de personalidade jurídica, possui personalidade judiciária, podendo figurar como sujeito passivo da obrigação tributária" (AREsp 2678194).

Para Aurélio Longo Guerzoni, sócio-fundador do escritório Guerzoni Advogados, a decisão confirma a tendência do Judiciário de prestigiar a efetividade da execução fiscal, ainda que proposta apenas contra um dos devedores solidários.

"Nessas hipóteses, o executado deve avaliar a

conveniência de provocar a União a incluir os demais conesponsáveis no polo passivo, o que exigirá esforço argumentativo relevante para superar o óbice da Súmula 392 do STJ, e, alternativamente, ajuizar ação de regresso em face dos demais devedores", afirma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio de nota, diz que o colegiado reconheceu a legitimidade passiva dos consórcios para serem cobrados em execuções fiscais "em razão de sua responsabilidade tributária (quando se tratar de débitos próprios)". Para o órgão, trata-se de "efeito processual natural de uma relação jurídica de direito material que sequer foi questionada".

"Decisão confirma tendência de prestigiar a efetividade da execução fiscal" Aurélio Guerzoni

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Crédito imobiliário deve ganhar ao menos R\$ 20 bi

A nova política de crédito habitacional, que será anunciada pelo governo federal na próxima sexta-feira, prevê a liberação imediata de R\$ 20 bilhões em recursos da poupança e a criação de um novo modelo de financiamento com regras mais flexíveis para os bancos, que poderão usar parte dos depósitos compulsórios, desde que ampliem a concessão de crédito para a compra da casa própria. O detalhamento foi obtido pelo Esta-dão/Broadcast com pessoas a par do assunto.

O governo também deve elevar o valor máximo dos imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que atualmente é de R\$ 1,5 milhão, para cerca de R\$ 2 milhões. O ajuste atualiza o limite estabelecido em 2019 e busca adequar o modelo à valorização do mercado imobiliário e à **inflação** no período.

A liberação imediata acontece porque a nova política de crédito habitacional não depende de lei aprovada no Congresso, seja por meio de projeto de lei ou de uma medida provisória. A mudança será feita a partir de regulações internas do governo.

TRANSIÇÃO. A proposta, desenvolvida em conjunto pelo Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal, busca corrigir o esgotamento da poupança como fonte de recursos e criar uma transição para um modelo mais flexível e sustentável. O novo sistema permitirá que, a cada real emprestado em crédito habitacional, o banco libere o mesmo valor em recursos da poupança para uso livre por até cinco anos, prazo que será prorrogável mediante a concessão de novos financiamentos.

Na fase inicial, o Banco Central deve liberar cinco pontos percentuais do compulsório, hoje fixado em 20% sobre os depósitos da poupança, reduzindo-o para 15% no caso das instituições que aderirem ao modelo. O impacto imediato dessa liberação é estimado entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões, com potencial de chegar a R\$ 37,5 bilhões, a depender da adesão dos bancos. A Caixa, principal agente do setor, será a primeira a adotar o sistema.

O novo modelo prevê maior flexibilidade para o uso dos recursos da poupança dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Hoje,

os bancos precisam direcionar 65% dos depósitos para o crédito imobiliário e manter 20% no Banco Central.

Com a mudança, o dinheiro da caderneta deixará de ter "carimbo", podendo ser utilizado livremente, desde que o banco mantenha o mesmo volume em novas concessões de financiamento.

Os prazos de uso flexível dos recursos variam conforme o valor do imóvel financiado, com o objetivo de privilegiar operações no SFH. Para imóveis de até R\$ 1 milhão, o prazo será de sete anos; entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões, de seis anos; e de cinco anos para valores acima de R\$ 2 milhões. Ao final desse período, os bancos precisarão conceder novos financiamentos para manter o acesso aos recursos livres.

A lógica do modelo é permitir que os ganhos obtidos com aplicações mais rentáveis sejam usados para manter juros menores nos financiamentos habitacionais, preservando a atratividade do crédito mesmo em um cenário de juros altos. Simulações internas apontam que essa equalização é suficiente para manter estável o custo dos empréstimos.

Outra mudança importante será a redistribuição do uso dos recursos liberados: 80% deverão ser aplicados no SFH, com taxa de juros máxima de 12% ao ano, e os 20% restantes, no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que opera a taxas de mercado. A divisão valerá inclusive para os valores liberados do compulsório.

"LACUNA". Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, a medida é essencial para atender à faixa de renda média, hoje sem acesso ao crédito. "As famílias com renda de até R\$ 12 mil estão cobertas pelo Minha Casa, Minha Vida. As de alta renda têm alternativas. Mas quem ganha R\$ 16 mil não consegue financiamento porque a poupança secou. Essa política vem para corrigir essa lacuna", afirmou.

O novo modelo será implementado gradualmente até o final do ano que vem, em fase de testes, e deve entrar em pleno funcionamento em 2027. O período de transição foi um pedido do setor da construção civil, que alertou para o risco de rupturas bruscas no sistema de crédito.

Com o funcionamento integral do novo desenho, as estimativas técnicas indicam que o volume de recursos disponíveis para o crédito imobiliário poderá saltar dos atuais R\$ 90 bilhões para cerca de R\$ 200 bilhões em dois anos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Selic alta e dólar fraco levam parte do mercado a ver IPCA em 4,5% em 2025

Anais Fernandes De São Paulo

A possibilidade de o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficar neste ano em 4,5%, limite superior de tolerância da meta, entrou no radar de algumas instituições, devido ao efeito dos juros altos e da valorização do câmbio. Nesse cenário, está em curso uma queda das projeções para o indicador - em março de 2025, o consenso de mercado para o IPCA chegou à máxima de 5,7%.

A mediana das estimativas dos analistas coletadas pelo Banco Central (BC) ainda aponta para uma **inflação** de 4,8% neste ano, mas Bradesco, Warren Investimentos e BRP, por exemplo, preveem um número de 4,5% ou até um pouco menos. O Bradesco reduziu na sexta-feira a sua projeção para o IPCA em 2025 de 4,7% para 4,5%, citando a política monetária e a apreciação cambial. "A variação trimestral anualizada dos núcleos está próxima a 4%, abaixo dos 5,1% acumulados pelo IPCA nos últimos 12 meses até agosto - sinalizando moderação à frente", escreveu a equipe liderada por Fernando Honorato. Pelas projeções da Warren, em 12 meses até novembro o número estará em 4,53% e, em dezembro, em 4,51%, havendo a possibilidade de o percentual ser ainda mais baixo.

Em julho, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, escreveu uma carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificando por que a **inflação** acumulada em 12 meses havia passado seis leituras consecutivas, de janeiro a junho, acima da banda de tolerância da meta, de 4,5%. Esse é o novo parâmetro que aponta o descumprimento desde que foi adotada a meta contínua de **inflação**, no início deste ano. Se até o dado de dezembro o IPCA acumulado permanecer acima do limite, Galípolo terá de escrever outra carta. Um IPCA em 4,5% pouparia o presidente do BC da tarefa.

Página A4

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Economistas já veem inflação no teto da meta em 2025

Anais Fernandes De São Paulo

A mediana do mercado ainda projeta uma **inflação** acima do teto da meta para este ano, mas algumas instituições financeiras já enxergam a possibilidade de o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrar 2025 dentro do limite superior da banda de tolerância, evitando que o Banco Central tenha de escrever outra carta ao Ministério da Fazenda justificando o estouro.

No boletim Focus, pesquisa do BC com agentes Financeiros, a mediana das projeções para o IPCA em 2025 está em 4,8% - mesmo patamar de 2024 e o menor nível estimado ao longo do ano -, mas a previsão mínima já é de 4,45%, dentro, portanto, do limite de 4,5%. O centro da meta é 3%. No seu auge de 2025, a mediana chegou a 5,7% em março, com a maior projeção em 7,5%. Em junho, a estimativa mais baixa ainda era de 4,6%.

Em julho, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, escreveu uma carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificando por que a **inflação** acumulada em 12 meses havia passado seis leituras consecutivas, de janeiro a junho, acima da banda de tolerância da meta. Esse é o novo procedimento desde que foi adotada a meta contínua de **inflação**, no início deste ano. Se até o dado de dezembro o IPCA acumulado permanecer acima do limite, Galípolo terá de escrever outra carta.

Nos 12 meses até agosto, o IPCA acumulava alta de 5,13%. Pelas projeções da Warren Investimentos, porém, em novembro o número estará em 4,53% e, em dezembro, em 4,51% - e o risco é de esse número ser ainda mais baixo.

Em entrevista na segunda-feira à Record News, Haddad afirmou que a **inflação** de 2025 poderia ser igual ou menor que a do ano passado. "Em patamares ainda distantes da meta, mas talvez este anoja dentro da banda", disse.

O BRP sempre teve uma projeção para o IPCA em 2025 um pouco abaixo de 5% e, agora, está ligeiramente abaixo de 4,5%. "Todos os fundamentos em que acreditávamos prevaleceram", diz Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do banco. "Tinha uma enorme chance de apreciação do

real, depois da forte desvalorização na virada do ano; o efeito defasado da política monetária, com uma postura mais ativa do BC, se confirmou inequívoco; houve modesta contração fiscal nas esferas de governo, após anos de expansão; a safra agrícola gigante aconteceu; há folga nos combustíveis derivados de petróleo; o cenário internacional está benigno", lista.

Na última sexta-feira, o Bradesco reduziu sua projeção para o IPCA em 2025 a 4,5%, de 4,7%, citando a política monetária e a apreciação cambial. "A variação trimestral anualizada dos núcleos está próxima a 4%, abaixo dos 5,1% acumulados pelo IPCA nos últimos 12 meses até agosto - sinalizando moderação à frente", escreve, em relatório, a equipe liderada por Fernando Honorato.

Estudos indicam que o efeito da valorização do real ante o dólar americano já aparece de forma benigna nos preços dos bens industriais e de modo até mais rápido do que o modelo indicaria, diz Andréa Angelo, estrategista da Warren. "O tradicional é a depreciação do câmbio bater mais rápido, mas o que tem ajudado também esse repasse da apreciação é a oferta de bens asiáticos por aqui, reflexo indireto das tarifas dos Estados Unidos. As empresas locais estão vendo uma concorrência maior."

Parte das companhias, em uma economia com características oligopolizadas, tem a necessidade de recuperar fatia de mercado, observa Rocha. "Com esses e outros elementos, entendemos que haverá um comportamento de preços bastante mais camarada", afirma.

Angelo menciona também a surpresa com os alimentos, em meio a um cenário de "neutralidade climática", ou seja, sem fenômenos extremos como o El Niño. "Todo mundo tinha a expectativa de que as carnes, por exemplo, iam subir e isso ainda não veio. O clima tem ajudado os itens "in natura". Até o fim de outubro vemos deflação, o que não é normal", diz.

Ela projeta um IPCA de 4,5% em 2025, com os alimentos abaixo de 4%. Sua estimativa já chegou a ser ao redor de 5,5% para o índice geral, com 6,5% para alimentos. Rocha diz que a alimentação no domicílio rodando abaixo de 3% ao fim de 2025, ante mais de 8% no ano passado. Já a alimentação fora do

domicílio pode ser afetada pela crise de contaminação por metanol nas bebidas, aponta.

"Os alimentos "in natura" sofrem menos, em parte, porque há menos chuvas, o que, por outro lado, pressiona a bandeira tarifária na conta de luz. "O tempo está mais seco, tanto que entramos em bandeiras mais caras antes do que a sazonalidade sugere. O cenário hídrico não está bom e puxa a **inflação**, mas, mesmo assim, a revisão em alimentos e o câmbio para baixo têm efeito maior", diz Angelo.

Para sua projeção de IPCA no limite superior da banda em 2025, Angelo trabalha com um dólar ao redor de R\$ 5,45 e bandeira tarifária amarela em dezembro. "Revisamos de verde para amarela e tem risco de ser vermelha 1, mas essa chance também já esteve maior."

O Bradesco reconhece que há riscos para o seu cenário, como um crescimento mais forte do que o esperado da atividade, que leve a um quadro de maior **inflação**. "O mercado de trabalho segue aquecido e há chance de novos estímulos fiscais e de crédito", diz no relatório. Mas a equipe pondera que a probabilidade desse e de outros riscos, por ora, parece "bastante baixa". "Temos ganhado convicção no cenário-base de atividade e **inflação** que temos destacado nos últimos meses", afirma a equipe.

Rocha diz que a desaceleração da atividade no início de outubro se mostra mais intensa e espalhada. "Em julho, observamos a desaceleração de alguns setores, mas tudo ainda estava meio turvo por causa do **PIB** agrícola. Além disso, empresas aproveitaram a janela para evitar as tarifas dos EUA. Agora, está estabilizando."

O câmbio, diz, não deve ceder muito mais, "mas ainda tem muito efeito para vir na **inflação**", afirma. Ele também diz ver "boa possibilidade" de o ano terminar com bandeira verde (sem cobrança extra) na energia, embora seu cenário ainda seja de bandeira amarela.

Entre quem está com projeções um pouco maiores, de 4,6% a 4,7%, o reconhecimento também é de que o viés é ser um número menor.

Para Angelo, mesmo sua projeção de 4,5% para este ano "tem cara de facilmente ser 4,4%", diz. "Alimentos ainda podem ceder mais. Mas, como são produtos voláteis, vamos mais devagar no ajuste."

Rocha aponta que ainda existem "gorduras" importantes para serem "queimadas" na cadeia de alimentos. "A queda do ovo foi vertiginosa e não chegou na ponta. Há queda acentuada ocorrendo no mercado internacional de trigo e que, provavelmente,

ainda não vimos em termos reais na cadeia."

Outro vetor baixista, segundo Angelo, é a defasagem no preço doméstico da gasolina, que está acima do praticado lá fora. Pelos cálculos da Warren, que consideram a média dos últimos 15 dias em duas referências (gasolina pelo barril do Brent e gasolina internacional), a defasagem dos preços externos está em -4,75% ante o doméstico. "O câmbio e o preço de petróleo mais baixo nos últimos dias podem levar a um reajuste na gasolina, o que ainda não está no nosso cenário", diz Angelo.

Ainda que o IPCA encerre 2025 dentro da banda de tolerância, os serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico) devem terminar o ano ao redor de 6%, na estimativa da Warren, um pouco acima do registrado no ano passado. "É alto e acelerando. A **inflação** de serviços deve voltar a subir entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, estabilizando-se em nível elevado", afirma Angelo.

É, provavelmente, por essa percepção que o BC atuou, através da sua comunicação recente, para "tirar da curva" de mercado expectativas de corte de juros em dezembro, diz Angelo. "Para janeiro, já praticamente tirou também e está caminhando para um cenário de março. Talvez, o BC também esteja vendo esse cenário de uma **inflação** mais inercial, mais chata."

Rocha diz que uma hora a taxa de juros "exorbitante" vai chegará **inflação** de serviços "de maneira mais importante". Nesse sentido, ele afirma ver "um pequeno distensionamento" no mercado de trabalho. "Alguns setores pararam de contratar de forma relevante e outros começam a demitir. Ainda ficaremos no pleno emprego, mas estamos enxergando, do ponto de vista conjuntural, um pouco menos de tensão." Assim, para ele, deve se abrir espaço para discussão sobre corte da Selic em dezembro.

"Câmbio e petróleo ainda podem levar a reajuste para baixo na gasolina" Andréa Angelo

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Energia e commodities mais caras fazem IGP-DI acelerar em setembro

Alessandra Saraiva Do Rio

O índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acelerou de 0,20% para 0,36% de agosto para setembro, informou nesta terça-feira (7) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Energia elétrica mais cara no varejo e commodities mais caras no atacado, levaram ao resultado, informou Matheus Dias, economista da fundação.

Dias explicou que somente no varejo (que representa 30% do IGP-DI) o índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) passou de -0,44% para 0,65% de agosto para setembro. Isso porque a variação da tarifa de eletricidade residencial mudou de queda de 4,76%, em agosto, para alta de 10,34%, em setembro.

O especialista lembrou que, em agosto, a energia elétrica só caiu de preço devido ao bônus tarifário de Itaípu. Este é o crédito concedido aos consumidores residenciais e rurais do Sistema interligado Nacional (SIN) e que aparece como um desconto direto na fatura de energia elétrica, geralmente em agosto.

Mas em setembro esse bônus foi retirado. Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou bandeira vermelha patamar 2, mais cara, na tarifa de energia, lembrou o economista. Esses fatores conduziram à disparada na energia elétrica residencial, que, sozinha, representa quase 4% de toda a **inflação** do varejo, medida pelo indicador.

A arrancada de preços do varejo foi tão forte que acabou impulsionando o núcleo da **inflação** varejista, indicador usado para mensurar tendências inflacionárias, e calculado por meio de retirada das mais expressivas altas e das mais fortes quedas, percebidas junto ao consumidor. De agosto para setembro, o núcleo subiu de 0,20% para 0,24%.

Outro aspecto que ajudou, segundo Dias, a manter o IGP-DI em alta no mês foi comportamento de commodities em alta, no setor atacadista - que representa, 60% do total do indicador. A FGV apurou aumentos relevantes em preços de café (14,81%); milho (4,27%), minério de ferro (0,76%) e carne bovina (1,72%).

Na média, os preços do atacado, apurados pelo subcomponente índice de Preços ao Produtor Amplo

(IPA-DI), desaceleraram, de 0,35% para 0,30%, de agosto para setembro. "Mas não teriam ficado nesse patamar [na faixa de 0,30%] não fossem esses aumentos de commodities", acrescentou Dias.

Quando questionado sobre trajetória futura do indicador, o especialista foi cauteloso. O técnico lembrou que, em outubro, há fatores que podem pressionar os preços tanto para cima quanto para baixo. Se, por um lado, a Aneel autorizou bandeira vermelha patamar 1 (menos cara) para a tarifa de energia, os preços das commodities no exterior são voláteis, ponderou o especialista. Os preços desses itens podem continuar a subir esse mês, e pressionar mais o IPA-DI, que tem peso de 60% no total do indicador, comentou "Eu não 'cravaria' que vai desacelerar porque temos essa questão das commodities."

A FGV informou ainda que o índice Nacional do Custo da Construção - DI (INCC-DI), 10% do indicador, desacelerou de 0,52% para 0,17%, de agosto para setembro. Até mês passado, o IGP-DI acumula queda de 1,27% no ano, mas registra elevação de 2,31% em 12 meses.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251008>

Investimento sofre com incerteza global, alerta entidade

O Banco Mundial avalia que a incerteza nas políticas comerciais tem contribuído para diminuir o investimento, tanto público quanto privado, além de ameaçar o acesso a mercados e estratégias de nearshoring, ou seja, de empresas transferirem operações para países próximos geograficamente de seus mercados consumidores.

A avaliação consta Relatório Econômico da América Latina e Caribe (ACL), divulgado nesta terça-feira (7) pelo organismo multilateral. No documento, o Banco Mundial observa que o ambiente externo continua desafiador aos países da região e que, a isso, soma-se o cenário de incerteza nas políticas comerciais, numa referência indireta à política de taxaço adotada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"O investimento, tanto público quanto privado, segue deprimido, e qualquer dinamismo em torno do nearshoring, a prática de transferir operações offshore para países próximos ou parceiros, está paralisado, tanto pelo aumento da incerteza global quanto pela falta de preparação no ambiente institucional da região para atraí-lo e recebê-lo", afirma o banco, em trecho do relatório.

O Banco Mundial projeta que a América Latina, incluindo o Caribe, deve crescer 2,3% em 2025 e 2,5% em 2026, o ritmo mais lento entre as regiões globais. Esse resultado é reflexo de uma **inflação** persistente na região, aumento do endividamento público, investimento fraco e incertezas globais contínuas, como a desaceleração da economia.

Diante desse cenário, a instituição reforça que os formuladores de políticas públicas avancem na agenda de reformas pendentes para aumentar a atratividade da região como destino de investimentos e para impulsionar a criação e a qualificação dos empregos.

" Enfrentar essas questões estruturais é urgente, mas também é necessário ir além para aproveitar as potenciais oportunidades comerciais, assim como

aquelas relacionadas ao uso eficiente dos recursos naturais da região, incluindo fontes de energia renovável e minerais críticos", diz o Banco Mundial.

A instituição afirma que a falta de capital humano técnico e empreendedor, combinada à ausência de

instituições de pesquisa de apoio, fez a região perder vantagens comparativas que possui em setores críticos, como o da mineração. (JS)

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251008>

COP30 se destaca ao conciliar temas, afirmam autoridades

Victoria Netto Do Rio

Ao relacionar a agenda climática com o desenvolvimento, o Brasil tem se destacado no cenário internacional por propor soluções que conciliam sustentabilidade, redução de desigualdades e crescimento, afirmam autoridades. Para eles, a transição ecológica exige nova visão sobre a gestão macroeconômica e sobre oportunidades geradas pela emergência climática.

O ex-diretor do Banco Central do Brasil, Luiz Awazu, que também foi vice-presidente do Banco de Compensações Internacionais (BIS), afirmou que o enfrentamento ao aquecimento global implica confrontar pobreza. Segundo ele, o Brasil tem exercido um papel relevante.

"Não vai existir solução para mudanças climáticas se não houver rompimento do círculo perverso, no qual o clima agrava desigualdade, pobreza e ressentimento", disse no segundo dia do evento "States of the Future: Rumo à COP30", realizado no Rio, na terça-feira (7). Awazu alertou que esse cenário alimenta populismos de extrema direita e enfraquece democracias, o que dificulta a implementação de políticas ambientais.

O debate se dá a cerca de 30 dias do início da 30ª Conferência do Clima da ONU, marcada para ocorrer em Belém entre os dias 10 e 21 de novembro. Para Awazu, é preciso desenvolver instrumentos financeiros capazes de garantir uma transição justa e rápida. Ao comentar os impactos sobre a economia real, afirmou que risco climático é "totalmente diferente" do risco financeiro tradicionalmente conhecido e observou que os efeitos do clima extremo já pressionam a economia, elevando custos e a **inflação**.

O diretor da área de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nabil Kadri, destacou o papel da instituição, primeiro banco brasileiro a criar uma unidade dedicada ao meio ambiente, que hoje abriga programas como o Fundo Amazônia, o Fundo Clima e iniciativas de bioeconomia e restauração florestal.

"Quando falamos de clima, estamos falando de rotas tecnológicas que reduzem emissões, combatem desigualdades e melhoram a qualidade de vida", afirmou. Kadri ressaltou a decisão do governo de

internalizar recursos de títulos soberanos sustentáveis de US\$ 2 bilhões - cerca de R\$ 10 bilhões captados a 6,5% ao ano - no Fundo Clima. O Tesouro Nacional lançou os primeiros "green bonds" em novembro de 2023, com a segunda emissão em junho de 2024.

"Nenhum outro país do mundo coloca essa cifra em um plano de transformação ecológica com tanta participação social", afirmou. Segundo Kadri, a governança do fundo tem participação de organizações da sociedade civil, governos estaduais, municipais e ministérios.

Também no evento, a secretária nacional de planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Viigínia de Ângelis, afirmou que a emergência climática deve ser encarada como oportunidade de transformação. Para ela, o desafio está em conectar a agenda climática a outras dimensões estruturais do país, como as mudanças demográficas e as dinâmicas populacionais, de modo que o planejamento econômico incorpore a sustentabilidade como eixo de desenvolvimento. "Precisamos enxergar esse cenário como um chamado à ação", disse.

Na avaliação de Tulio Andrade, diplomata e chefe de estratégia e alinhamento da COP30, diante de transformações globais cada vez mais rápidas e imprevisíveis, é necessário mudar a forma de fazer políticas públicas. Para ele, o Estado precisa abandonar a lógica estática do século XX. "Temos que nos apaziguar com o fato de que o Estado do futuro tem que ser aquele que responde a um panorama em constante transformação." Andrade completou que compreender os sistemas complexos que regem o planeta, como a ciência, é essencial para lidar com os chamados "pontos de inflexão" climáticos e sociais. Para o diplomata, é necessário que as decisões públicas conectem a política local à global, "do território à COP30", e que o Estado desenvolva uma visão de longo prazo, com cultura de experimentação, para projetar as sociedades rumo ao futuro.

"Estado do futuro tem que responder a um panorama em constante transformação" Tulio Andrade

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Crise faz aliados pressionarem Macron a renunciar

O presidente da França, Emmanuel Macron, está sendo pressionado por aliados a renunciar para pôr fim a uma crise política que derrubou cinco primeiros-ministros em menos de dois anos e ameaça deixar o país sem orçamento para 2026.

Um dia depois da renúncia de Sébastien Lecornu, o ex-premiê Édouard Philippe, que ocupou o posto no primeiro mandato de Macron, instou o aliado a antecipar disputa presidencial de 2027 para solucionar um impasse que creditou às decisões de Macron.

"Precisamos sair de maneira ordenada e digna de uma crise política que está prejudicando o país", disse Philippe, que pode ser candidato à Presidência. "Mais 18 meses disso é tempo demais. Gabriel Attal, premiê no segundo mandato de Macron e também potencial candidato centrista, se somou às críticas ao seu mentor. "Já não entendo mais as decisões do presidente", disse ele.

Após a repercussão, Attal esclareceu em uma reunião partidária que não deseja que Macron renuncie antes do fim do mandato.

Lecornu foi encarregado por Macron a tentar negociar de última hora um acordo para dar estabilidade ao país. Mas as chances de sucesso são remotas, após o orçamento proposto pelo premiê demissionário ter sido criticado pelos até por aliados do governo.

A dívida da França cresceu para 114,1% do **PIB** no primeiro trimestre desde ano. Já o déficit primário deve atingir 5,4% do **PIB** neste ano, mais que o dobro do limite de 3% fixado pela União Europeia.

Se a negociação fracassar, as opções cada vez mais limitadas de Macron incluem convocar eleições legislativas antecipadas ou tentar nomear outro premiê.

Macron já havia descartado encurtar seu último mandato. Mas Philippe alertou que há um "risco terrível" de que eleições legislativas resultem em outro Parlamento sem maioria, prolongando a crise.

Rivais políticos aproveitaram os sinais de divisão interna. "O rei está nu", disse Manuel Bom-pard, do partido de extrema esquerda França Insubmissa, no X. "É hora de Emmanuel Macron ir embora e deixar o

povo soberano escolher o futuro deste país."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251008>

Demanda aquecida pavimenta inicio da recuperação dos preços do frango

O mês de setembro marcou o início da recuperação dos preços do frango no mercado brasileiro. As cotações da carne no atacado e também do animal vivo encerraram o mês em alta, subindo pela primeira vez desde maio, quando o Brasil identificou um foco de gripe aviária em uma granja comercial do Rio Grande do Sul, um episódio inédito, que desestabilizou todo o mercado. Passado o momento mais agudo da crise, analistas consultados pelo Valor apostam em um cenário promissor no último trimestre de 2025 tanto para o consumo de carne de frango no mercado interno quanto para as exportações.

No decorrer deste ano, as operações de frango foram um dos maiores destaques nos resultados de grandes frigoríficos, como a JBS, controladora da Seara, e da então BRF, que passou a se chamar MBRF após fusão com a Mar-frig. Nesse contexto, a atual reação do segmento tende a contribuir para o desempenho das companhias no segundo semestre.

"Com a retomada de diversos mercados na exportação, era esperada uma melhora no preço do frango. Pode ajudar, sim (o resultado das empresas)", disse o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz.

Em São Paulo, o preço médio do frango congelado terminou setembro em R\$ 7,35 por quilo no atacado, o que representou um aumento de 4,85% em relação a agosto e de 9,86% no comparativo anual, conforme dados compilados pela consultoria Safras Mercado. O valor ainda está abaixo dos R\$ 8,07 por quilo registrados em maio, mas foi a primeira elevação mensal desde então.

O preço do animal vivo, pago ao produtor rural, atingiu R\$ 5,93 por quilo em setembro no mercado paulista. Trata-se de uma alta de 5,89% em relação a agosto e de 7,81% em comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com o levantamento.

Em maio, o valor do frango vivo era de R\$ 6,17 por quilo, e o preço estava em ascensão desde o início de 2025. A gripe aviária de alta patogenicidade, detectada em Montenegro (RS) naquele mês, levou mais de 100 países a suspenderem as compras de frango e produtos avícolas do Brasil inteiro. Em junho, a Organização Mundial de Saúde Animal (OM-SA) declarou o caso encerrado, e os importadores foram

voltando aos poucos, exceto alguns como a China, que ainda não confirmou

quando retomará as compras da carne de frango brasileira.

Para seguir no combate à doença, o Ministério da Agricultura prorrogou na segunda-feira (6/10), por 180 dias, o estado de emergência zootécnica contra a gripe aviária em todo o país. O status permite ao país acelerar a liberação de recursos para ações contra a disseminação da doença.

Fernando Iglesias, analista da Safras Mercado, avalia que o desempenho do segmento avícola no mês passado representou "uma bela recuperação para a avicultura", uma vez que os preços subiram em toda a cadeia. "Nós estamos observando uma demanda interna que se aquece. Isso motiva o consumo de todas as proteínas de origem animal", comentou o especialista.

Para Thiago Bernardino, pes-

"A alta do preço do frango pode ajudar [os balanços de frigoríficos]" Gustavo Cruz

quisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o mercado interno vive um período em que as taxas de desemprego estão entre as menores da história, o que ajuda a aumentar os níveis de renda da população. Por outro lado, observa ele, a inadimplência está elevada, fazendo com que os consumidores optem pela redução de custos na hora de escolher uma proteína animal quando vão ao supermercado.

"Os brasileiros não estão conseguindo pagar suas contas. Se o dinheiro fica mais curto, naturalmente a pessoa vai optar por uma proteína mais barata, seja ovo ou frango", diz Bernardino.

Em outra frente, segundo o pesquisador, a suspensão temporária de exportações para diversos mercados levou a um ajuste na produção de aves, em uma tentativa da indústria de equilibrar a oferta à demanda. "Isso, por si só, ajuda na questão da valorização do preço da carne de frango", pontua ele.

No caso das vendas ao mercado externo, a China

deixou de comprar do Brasil, mas, em contrapartida, além da retomada

gradativa de outros importadores, surgiram demandas adicionais de países como as Filipinas, que passaram a procurar mais a carne brasileira para conter índices de **inflação** em seus respectivos mercados. Com isso, os exportadores tiveram um período de adversidades, mas os contratemplos acabaram sendo mais brandos do que se esperava.

As exportações de carne de frango do Brasil totalizaram 482,3 mil toneladas em setembro, um volume apenas 0,6% menor do que o do mesmo período do ano passado, informou ontem a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Apesar da queda, esse foi o melhor resultado mensal dos últimos 11 meses e o melhor desempenho em 2025 (leia mais ao lado).

O mês passado foi marcado pelo fim do embargo da União Européia, que o bloco impôs em decorrência da gripe aviária. Com a reabertura da europeia, "a expectativa do setor é de que as exportações (de carne de frango) se restabeleçam nos patamares anteriores", estima a analista da Scot Consultoria Juliana Pila.

Para ela, no curto prazo, o mercado interno também tende a per-

manecer firme. Tradicionalmente, o último trimestre costuma ter uma demanda mais alta por carnes, impulsionado pelo aumento na renda da população e pelo consumo nas festas de fim de ano.

Nas exportações, o analista da Safras Mercado acredita que as vendas do setor podem voltar ao potencial máximo nos próximos meses e há sinais de que os chineses voltarão a importar em breve.

Uma delegação de técnicos do país asiático visitou recentemente laboratórios, granjas e unidades de abate de frango para conhecer todo o sistema sanitário do Brasil. Dessa agenda se espera que venha um sinal verde para as compras da carne.

Além da oferta e demanda, outro fator que compõe as margens - e também tem perspectiva positiva - é o custo. "Quando a gente olha para custos, eles estão controlados. Há boa disponibilidade de milho, há boa disponibilidade de farelo de soja no mercado brasileiro nessa temporada", afirma Iglesias. "A combinação de tudo isso mostra como, apesar dos percalços, o setor pode terminar 2025 com boa condição de rentabilidade", completa.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

Gestoras adotam postura tática após rali do Ibovespa

Após a sequência de máximas históricas registrada pelo Ibo-vespa em setembro, quando subiu 3,40%, o mercado passou por um período de ajustes nas carteiras. A combinação de uma alta rápida do índice e o aumento das preocupações com o risco fiscal no país levou a uma realização de lucros na bolsa local.

Esse movimento ganhou força com a aprovação unânime, pela Câmara, da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil - uma vitória do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A medida acentuou a percepção de que o projeto poderia colocar em risco o chamado "trade eleitoral", o que contribuiu para a queda no índice.

Embora gestoras defendam que a tendência ainda é construtiva para a bolsa no médio prazo, algumas casas aproveitaram para reduzir taticamente parte da exposição, ou até mesmo montar uma alocação "short" (que se beneficia da queda) em ações brasileiras. As mudanças também englobaram corretoras, que optaram por deixar os port-fólios um pouco mais equilibrados, com menos exposição a cíclicas domésticas, em meio a uma perspectiva de que o índice continue caindo no curto prazo.

O gestor de multimercado e renda fixa do Fator, Ricardo Farias, está entre os executivos que optaram por encerrar a posição em bolsa local de forma tática. "Zeramos em 15 de setembro. Nem pegamos os últimos records. A bolsa teve um movimento de consolidação e paramos de ver novos "triggers" [gatilhos] no curto prazo", destaca. Nesse período, ele afirma que preferiu realocar o risco ao comprar NTN-Bs (títulos públicos atrelados à **inflação**).

Ainda que a alocação não tenha gerado bons frutos para os gestores recentemente, Farias destaca que o mercado precifica a **inflação** implícita (medida gerada pela diferença dos juros nominais dos contratos de DI e dos juros reais das NTN-Bs) quase dois desvios padrão abaixo da média. Rara ele, porém, há uma chance de que a precificação volte a subir.

As sucessivas valorizações do índice em meio às assimetrias no mercado de juros também impulsionaram uma mudança de alocação na Novus Capital. O sócio-fundador gestor da casa, Luiz Eduardo Portella, afirma que diminuiu taticamente as posições compradas em bolsa, devido à alta dos

preços dos papéis, e que aumentou a exposição a juros, em meio à desaceleração da economia. "O mercado de juros não tem conseguido acompanhar a melhora da bolsa e do dólar porque o Tesouro emitiu muito papel neste ano", justifica.

Sem visualizar um "fluxo comprador marginal" para a bolsa local no curto prazo, a Persevera As-set Management também realizou mudanças recentes táticas na carteira e montou uma posição "short" (que aposta na queda) em Ibovespa, ao mesmo tempo em que adotou uma alocação comprada (que se beneficia da alta) em Vale. "O minério parece que achou um "fundo". Vale é um nome em que vejo pouca gente interessada e, se o Ibovespa andar, boa parte do índice é composta por ações da mineradora", destaca o executivo.

Embora concorde que o cenário para a bolsa local no ano que vem é positivo, com a queda dos juros e a chance de mudança de poder, o gestor da Persevera diz que a assimetria para o Ibovespa agora está "ruim".

"Não teve nada grande que tenha mudado no cenário para as ações brasileiras, mas está faltando notícia positiva na margem para o Ibovespa andar e não temos fluxo novo na bolsa", observa Fontoura. O executivo pondera que o fluxo de investidores estrangeiros dá sinais de que perdeu força na B3. Ao mesmo tempo, ele afirma que a percepção, em conversas com as casas, é que os institucionais já parecem bem alocados em renda variável local, e que as pessoas físicas devem demorar para voltar a adicionar risco às carteiras.

Com visão parecida, Farias defende que uma parte da queda do Ibovespa é fruto de uma realização técnica de investidores locais, que optaram por reduzir posição após os ganhos obtidos recentemente. "Entre março e abril, a indústria de fundos começou a performar bem. Tem um certo receio das gestoras de ficar alocadas por tempo demais [na bolsa] e perder o que foi construído até aqui", diz.

Para o estrategista de ações da XP, Raphael Figueredo, o processo de correção do Ibovespa teve início dentro de uma tendência de alta, especialmente a partir da penúltima semana de setembro, depois de o índice ter sucessivamente ultrapassado marcas

históricas. "A expectativa é que o Ibovespa siga nesse processo de correção e busque alvos de curto prazo na casa de 137 mil pontos, quiçá 135 mil pontos, sem que haja qualquer comprometimento dessa boa evolução de tendência de alta e de forças de mercado desde o início do ano até aqui", avalia.

Nos cálculos da XP, a parcela de papéis que estão acima da média móvel de 200 períodos no Ibovespa hoje é de 59%. Nesse sentido, diz Figueredo, os dados demonstram que o índice está em uma região de "sobrecorpra" - quando ativos são negociados na parte superior de seu intervalo de preços mais recente.

Para Fontoura, da Persevera, será "difícil para o Ibovespa sustentar esse rali até o fim do ano que vem sem que haja uma intercorrência". "Tem uma história boa para acontecer no Brasil, com o potencial mudança de governo em 2026 e com a queda da Selic. Esse "trade" tem

bastante perna para acontecer, mas não tem força para fazer isso agora. Vai precisar ter uma certa digestão", pondera.

O chefe de pesquisa da Eleven Financial, Fernando Siqueira, lembra que a melhora do presidente Lula nas pesquisas eleitorais foi um dos aspectos que ajudaram na correção recente do índice. "A situação fiscal é ruim e o ajuste na tabela do IR foi bem elevado, o que atrapalha um pouco uma retomada do Ibovespa", avalia o profissional.

Nos últimos dias, Siqueira conta que mudou marginalmente alguns portfólios para deixar as carteiras mais "defensivas", com alocações em empresas de telecomunicação, por exemplo.

"Mas não estamos fazendo muitas mudanças, uma vez que ainda acreditamos que a tendência é positiva [para a bolsa]", diz.

Em meio à realização de lucros do Ibovespa, a XP tem recomendado a alocação no setor de commodities, com destaque para materiais básicos, devido à menor valorização dessas ações no período recente. Além disso, a piora na percepção de risco fiscal e a consequente abertura da curva de juros (com aumento das taxas mais longas) tornaram as seguradoras mais atrativas para os investidores, na visão da casa. A corretora destaca Vale e Caixa Seguridade como suas principais escolhas, com foco em garantir o equilíbrio do portfólio.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>

O juro neutro no Brasil e o custo da ineficiência

A taxa de juros real neutra (r^*) é uma variável chave para a condução da política monetária. É o principal referencial teórico para definir a postura da política monetária vigente.

Em termos mais concretos, permite a investidores e empresários formarem expectativas embasadas sobre o futuro dos juros no Brasil. Existem múltiplas definições de taxa de juros real neutra, mas, para fins deste artigo, consideremos como a taxa que garante a estabilidade de preços, abstraindo de choques temporários sobre a **inflação** e o produto.

A estimação da taxa de juros real neutra enfrenta uma série de dificuldades, pois é um dado não observável que depende, por sua vez, de outra variável não observável (a taxa de crescimento do produto potencial). Em outras palavras, nenhuma agência pública ou privada divulga a taxa de juros real neutra observada em algum período. Não existe uma taxa de juros real neutra verdadeira. O melhor que podemos fazer é estimá-la.

O modelo HLW, utilizado

neste exercício, é referência na literatura acadêmica. Foi desenvolvido por economistas do Fed de Nova York em 2003 e, desde então, foi adaptado em múltiplas ocasiões, mais recentemente para lidar com os eventos da pandemia.

É um modelo parcimonioso que formaliza via equações duas intuições relativamente simples: (i) juros elevados levam à moderação da atividade econômica (Curva IS); e (ii) atividade econômica fraca se traduz em redução da **inflação** (Curva de Phillips).

Em posse dessas relações, o modelo decifra (mais formalmente, filtra) os dados correntes de **PIB** real, **inflação**, taxa de juros nominal, para obter estimativas da taxa de juros real neutra.

A nossa estimativa para a taxa de juros real neutra no primeiro trimestre de 2025 é de 5.7% ao ano, sugerindo uma Selic neutra de aproximadamente 9%, dada uma meta para a **inflação** de 3%.

Num primeiro momento, esse número assusta. Como explicar a necessidade de uma taxa de juros tão elevada para conter a **inflação** mesmo num cenário

ideal (**PIB** em seu

nível potencial e expectativas de **inflação** ancoradas)?

A explicação

passa necessariamente pela baixa eficiência da política monetária no Brasil. Isto é, a economia doméstica parece relativamente insensível a um "gap" de juros positivo. Sobrepondo-se a esse fenômeno, a **inflação** corrente também responde pouco aos movimentos do hiato do produto.

As causas destes fenômenos são diversas e bem estudadas. A segmentação do mercado de crédito, com um grande volume de recursos direcionados; um histórico de instabilidade macroeconômica e a prevalência de spreads elevados dificultam a transmissão da política monetária.

Regras de indexação, peso dos preços administrados, **inflação** importada e desancoragem persistente das expectativas são outras peças relevantes do quebra-cabeça.

Assim, apesar de um crescimento do produto potencial nada excepcional de 1,8%, o país deve continuar a conviver com uma taxa de juros real bastante elevada.

Isto nos leva à segunda descoberta interessante. No modelo HLW, a taxa de juros real

neutra é função do crescimento do produto potencial e de outros determinantes. No caso brasileiro, o coeficiente do produto potencial é muito maior do que se observa nos EUA, UE e Canadá. Isso significa, na prática, que a aceleração do crescimento da economia, ainda que sustentada, levaria a uma elevação mais que proporcional do juro neutro.

A intuição é que a taxa básica de juros é uma ferramenta menos eficaz no Brasil, comparativa mente a seus pares.

Nos anos 2000, tanto o juro neutro quanto o crescimento potencial encontravam-se em patamares muito elevados.

Ciclo global de commodities, redução do risco país, expansão do crédito, impulsos à demanda interna e

bônus demográfico i m p r i m a m d i n a m i s m o à economia brasileira.

Com o esgotamento desses "drivers", agravado por erros de política econômica, instala-se uma tendência clara de moderação do crescimento econômico, acompanhada de uma redução do juro neutro. Ambas as variáveis alcançam suas mínimas entre 2015 e 2018.

Nos últimos anos,

observamos uma retomada do crescimento, possivelmente refletindo efeitos cumulativos e defasados de reformas econômicas. Dada a mecânica do modelo, esse movimento é amplificado na dinâmica da taxa de juros real neutra.

Em termos práticos, isso significa que juros altos seguirão sendo parte do ambiente econômico brasileiro no futuro previsível. Para investidores e empresas, a mensagem é clara: é preciso planejar decisões de investimento, financiamento e alocação de capital considerando um custo de capital persistentemente elevado, ao mesmo tempo em que reformas estruturais e avanços institucionais se tornam essenciais para reduzir esse nível no longo prazo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251008>